

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LEITURA E COGNIÇÃO**

Pedro Nunes de Castro

**A ARGUMENTAÇÃO CARTESIANA NO *DISCURSO DO MÉTODO*: UMA ANÁLISE  
RETÓRICA**

Santa Cruz do Sul, abril de 2009

Pedro Nunes de Castro

A ARGUMENTAÇÃO CARTESIANA NO *DISCURSO DO MÉTODO*: UMA ANÁLISE  
RETÓRICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alberto Molina

Santa Cruz do Sul, abril de 2009

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Jorge Alberto Molina  
Orientador

Prof.<sup>a</sup> Dr. Eunice Terezinha Piazza Gai

Prof.<sup>a</sup> Dr. Sônia Maria Schio

*O que é a verdade?*  
JO 18, 38

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, aos professores do Mestrado em Letras, principalmente ao professor Jorge Alberto Molina, orientador dessa dissertação, aos colegas pela agradável convivência no decorrer desses dois anos, marcada pelas novas amizades. Lembrar também a CAPES, que concedeu a bolsa de estudos. Meu muito obrigado a todos meus familiares, entre eles, minha mãe Maria Tereza Nunes, meu pai Vivaldino de Castro, minha irmã Rose Wegner, meu irmão João Roque e meu afilhado João Vítor.

## RESUMO

O presente estudo analisa a obra *Discurso do Método*, de Descartes a partir da perspectiva da Nova Retórica de Chaim Perelman. A análise do texto cartesiano é efetivada sob o prisma retórico e argumentativo. Com essa finalidade identificamos os recursos retóricos utilizados pelo filósofo francês para persuadir seus leitores da necessidade de adotar o método proposto naquela obra para buscar o conhecimento seguro. Discutimos a relação entre os aspectos lógicos e retóricos da argumentação cartesiana e o uso no *Discurso do Método* das figuras retóricas. Como é sabido a Nova Retórica de Perelman está embasada na *Retórica* e nos *Tópicos* de Aristóteles. O filósofo grego distinguiu os raciocínios analíticos dos dialéticos. Os primeiros fazem parte do âmbito científico, exemplificado pela Geometria, enquanto os segundos estão no campo flexível e doxológico da Ética e da Política. A teoria de Perelman, desenvolvida no século XX, é adequada para o nosso estudo, pois ela “trabalha” eminentemente com textos das Ciências Humanas e das Humanidades e não com os raciocínios das disciplinas científicas. Escrito em 1637, o *Discurso do Método* contradiz o modo de fazer ciência escolástico e expõe quatro regras que o cientista deve seguir para alcançar um conhecimento imune às dúvidas. René Descartes é tido como um dos fundadores da Ciência e da Filosofia modernas, e esse fato se mostra no *Discurso*, que causou rupturas de paradigmas consolidados. Descartes apregoava a necessidade de considerar como falso tudo que poderia ser posto em dúvida, pretendendo ancorar em bases sólidas o edifício do conhecimento. Mas nos encontramos com um paradoxo análogo àquele que encontramos no *Tractatus* de Wittgenstein, pois o *Discurso do Método* funciona como uma “escada” que devemos “jogar fora”, uma vez que temos subido por ela. Por um lado percebe-se que Descartes, naquele texto, utiliza de técnicas argumentativas bastante difundidas, cujo inventário se encontra na *Retórica* e nos

*Tópicos*, e que são próprias da argumentação sobre coisas prováveis ou sobre aquelas que podem ser de um modo ou de outro. Mas por outra parte, o autor francês apresenta um método que nos deveria levar a um saber demonstrativo sobre coisas necessariamente verdadeiras. Para persuadir a aceitar o seu método, Descartes não podia prescindir das técnicas argumentativas acima mencionadas, para depois disso progressivamente, alçar-se à esfera do saber demonstrativo. Não é contraditório, por exemplo, utilizar-se dos raciocínios dialéticos para afirmar a importância dos raciocínios analíticos, e seria audacioso afirmar que a forma e o estilo do *Discurso do Método* entram em colisão com o conteúdo dessa obra, tido como cientificista. A questão da relação entre a forma de exposição retórico-dialética do *Discurso* e seu conteúdo analítico-científico será discutida nesse trabalho.

Palavras-chave: Retórica e argumentação, classificação dos argumentos, figuras retóricas, racionalismo.

## RESUMEN

Este trabajo analiza el *Discurso del Método* de Descartes a partir de la perspectiva de la teoría de la Nueva Retórica de Chaim Perelman. El análisis del texto cartesiano es realizada bajo un prisma retórico e argumentativo. Con ese objetivo se identifican los recursos retóricos usados por el filósofo francés para persuadir a sus lectores de la necesidad de adoptar el método propuesto en esa obra si se quiere buscar el conocimiento seguro. Se discute la relación entre los aspectos lógicos y los retóricos de la argumentación cartesiana y el uso en el *Discurso del Método* de las figuras retóricas. Como es bien sabido la Nueva Retórica de Perelman está basada en la *Retórica* y en los *Tópicos* de Aristóteles. El filósofo griego distinguió entre inferencias analíticas e inferencias dialécticas. Las primeras son parte del dominio de la ciencia, ejemplificada por la Geometría, mientras las segundas están en el campo flexible y doxológico de la Ética y la Política. La teoría de Perelman, desarrollada en el siglo XX, es adecuada para nuestro trabajo, pues ella trabaja principalmente con textos de las Ciencias humanas y de las Humanidades y no con las inferencias propias de las disciplinas científicas. Escrito en 1637, el *Discurso del Método* contradice el modo escolástico de hacer ciencia y expone cuatro reglas que el hombre de ciencia debe seguir para alcanzar un conocimiento que no sea dudoso. René Descartes es considerado uno de los fundadores de la Ciencia y la Filosofía modernas, y este hecho, se muestra en el *Discurso*, obra que rompió paradigmas consolidados. Descartes sostenía la necesidad de considerar como falso, todo lo que puede ser colocado en duda, pretendiendo anclar sobre bases sólidas el edificio del conocimiento. Pero aquí encontramos una paradoja semejante a la que reconocemos en el *Tractatus* de Wittgenstein. Pues el *Discurso del Método* funciona como una escalera que debemos arrojar afuera cuando terminemos de subir por ella. Por un lado se percibe que Descartes, en ese texto, usa estrategias argumentativas bastante difundidas dentro del discurso filosófico, y cuyo inventario ya se encuentra en la *Retórica* y en los *Tópicos* y que son propias de la



argumentación que se ocupa con cosas probables o con aquellas que pueden ser de un modo u otro. Pero por otra parte el filósofo francés presenta un método que nos debería llevar a un saber demostrativo sobre cosas necesariamente verdaderas. Para persuadir a aceptar su método Descartes no podía prescindir de las técnicas argumentativas arriba mencionadas, para después, progresivamente se elevar a la esfera del saber demostrativo. No es contradictorio, por ejemplo, usar inferencias dialécticas para afirmar la importancia del discurso expresado analíticamente, y sería por otra parte audaz afirmar que la forma y el estilo del *Discurso del Método* entran en contradicción con el contenido de esa obra, considerado científicista. El problema de la relación entre la forma de exposición retórica y dialéctica del *Discurso* y su contenido analítico y científico será discutido en este trabajo.

Palabras-índices: Retórica y argumentación, clasificación de los argumentos, figuras retóricas, racionalismo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1        A RETÓRICA ANTIGA .....</b>	<b>15</b>
1.1.     A Retórica Antiga: Nascimento e História .....	16
<b>2        A NOVA RETÓRICA.....</b>	<b>32</b>
2.1.     O Auditório .....	38
2.2.     Os Tipos de Argumentos .....	42
<b>3        O DISCURSO DO MÉTODO: OS CONTEXTOS.....</b>	<b>47</b>
3.1.     Os Aspectos da Formação Intelectual de Descartes .....	48
3.2.     O Contexto Social e Intelectual .....	49
3.3.     Os argumentos contra a Escolástica .....	53
3.4.     Os argumentos contra as Letras e a Lógica .....	55
3.5.     O Gênero Textual do Discurso .....	59
3.6.     O Estilo e as Figuras.....	61
<b>4        A PERSUASÃO NO DISCURSO DO MÉTODO: LOGOS, ETHOS E           PATHOS .....</b>	<b>68</b>
4.1.     O <i>Ethos</i> .....	69
4.2.     O <i>Logos</i> .....	77
4.3.     O <i>Pathos</i> .....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Em uma primeira abordagem à Retórica, afirma-se que sua existência e estudo não estão restritos à época atual, uma vez que ocorreu simultaneamente com o surgimento da reflexão sobre a linguagem e seu uso na comunicação, na Grécia antiga. Por outro lado, a arte oratória se confunde com a própria história da civilização, não sendo possível precisar se uma precede a outra. Ela é essencial na definição do humano, sendo que sem ela, a humanidade sofreria modificações na sua identidade, por conseguinte na sua definição, se é que se poderia defini-la. O objeto de estudo da Retórica é o discurso persuasivo, e da mesma forma que a linguagem é uma dimensão determinante na constituição da subjetividade, a persuasão é um segmento importante da linguagem, pois tem como meta principal fazer com que as palavras modifiquem as situações. Tem-se como objetivo levar o interlocutor a aderir às mesmas opiniões que nós temos, e a agir de forma coerente com elas. Persuadir, portanto, em última instância, significa conquistar pessoas, como se um rei recrutasse soldados com argumentos, e esses tivessem a liberdade de escolher quem os governará tendo como critério exclusivo de avaliação, a eloquência.

Consentindo com a assertiva de que persuadir é conquistar pessoas, pode-se concluir que ser um bom orador traz muitas benesses, tanto no segmento pessoal como no profissional. No nível pessoal, a pessoa terá uma boa aceitação, uma vez que se comunicará com desenvoltura. No âmbito profissional, uma pessoa hábil e competente do ponto de vista da oratória e da argumentação poderá galgar aos mais altos cargos dentro de sua comunidade. E, efetuando o raciocínio contrário, quem ocupar esses notáveis cargos não poderá ser um medíocre orador.

Sócrates, no entanto, foi condenado à morte, e uma das causas dessa condenação foi pela sua desenvoltura e capacidade oratória, uma vez que desconstruía os argumentos de seus interlocutores através de perguntas, prática que lhe valeu o título de “irônico”. Os juízes alegaram que ele estaria corrompendo a

juventude ao pregar o ateísmo. A ironia existente, é que sua proeminente capacidade argumentativa colocou-o no “banco dos réus”, mas a mesma capacidade não foi capaz de tirá-lo. Ele se faz ouvir, no tribunal, para explicar-se, no entanto, não seria exagero afirmar que seu discurso transcendeu ao mero propósito de evitar sua condenação: ele foi uma aula de Retórica (como vemos no texto *A Defesa de Sócrates*). (PLATÃO, 1985) Porém, essa habilidade de argumentar não teve como efeito a absolvição, e a atitude coerciva manteve-se intocável, tendo que ingerir cicuta, segundo ditava a lei.

Desenvolvemos nesta dissertação uma análise de um texto clássico da Filosofia Moderna, desde uma perspectiva diferente da usual. A análise que a maioria dos historiadores da Filosofia faz consiste em considerar os enunciados que aparecem em um texto filosófico como proposições (filosofemas), isto é, como proferimentos que têm a pretensão de ser verdadeiros, e avaliar depois essa pretensão. Geralmente não se leva suficientemente em conta o contexto da enunciação filosófica, o enunciador e o público ao qual se dirigem os enunciados. Pensa-se que esses aspectos são, em grande medida, irrelevantes para a avaliação das pretensões de verdade dos filosofemas. E isso é verdade. Mas aqueles pontos mencionados não são irrelevantes quando se trata de analisar, em um texto filosófico, qual é a estrutura da argumentação, quais são os esquemas argumentativos usados e qual é o estilo argumentativo que o texto apresenta.

Muitos séculos se interpõem entre Sócrates e Descartes, mas o que há de notável é a presença da Retórica no “seio” do discurso filosófico, Retórica que Sócrates, no *Górgias* de Platão, coloca no banco dos réus, e que Descartes ataca e despreza, mas que usa, pois quer que seu auditório adira ao seu método como “ponte” para alcançar o conhecimento seguro, isto é, demonstrativo.

Faremos uma análise retórica; portanto, não se tem aqui como objetivo refutar ou corroborar o conteúdo das proposições cartesianas, sendo que isso já foi feito por filósofos e historiadores da Filosofia. A questão da verdade dos filosofemas cartesianos será colocada entre parênteses. Interessaremos-nos pelo estilo argumentativo cartesiano. Tentaremos identificar quais são as estratégias argumentativas usadas pelo autor francês no intuito de persuadir os seus leitores da superioridade do seu método sobre o método tradicional da Escolástica. No entanto,

não será esta uma análise puramente formal, porque seria, nesse caso, uma análise lógica. Levar-se-á em conta o conteúdo, não apenas a forma, mas não com o objetivo de entrar no mérito deste, e sim como subsídio possibilitador da análise. Entretanto, acredita-se ser necessário problematizar a relação forma-conteúdo. Quanto de conteúdo existe na forma? Em que medida a forma como as coisas são ditas implicam no seu conteúdo?

O marco conceitual que usaremos como ferramenta de análise será a Nova Retórica do filósofo belga Chaim Perelman, que retoma muitas das idéias de Aristóteles. Num texto célebre o filósofo grego afirma que não podemos exigir em todos os âmbitos discursivos o mesmo grau de certeza. Referindo-se à Ética e à Filosofia Política, Aristóteles declara:

Cada tipo de afirmação, portanto, deve ser aceito dentro dos mesmos pressupostos; os homens instruídos se caracterizam por buscar a precisão em cada classe de coisas somente até onde a natureza do assunto permite, da mesma forma que é insensato aceitar raciocínios prováveis de um matemático é exigir de um orador demonstrações rigorosas. (ARISTÓTELES, 2001, Livro I, 1094 b, p. 18)

Queremos, nessa análise, mostrar como Descartes propôs a chegada ao conhecimento demonstrativo, que seria dado pelo seu método, pelo caminho de um discurso cujo estilo argumentativo corresponde àqueles âmbitos do saber sobre coisas prováveis. Esse “salto” é legítimo e possível ou Descartes estaria caindo na autofagia? A autofagia, também denominada como retorsão, ocorre em proposições de cunho geral, em que o conteúdo da assertiva contém também sua refutação. Um exemplo é a afirmação de que tudo é relativo. Nesse caso, essa frase também seria relativa, o que levaria à inescapável conclusão de que nem tudo é relativo. Pergunta-se, se Descartes “caiu” nessa “armadilha” ao apregoar a chegada ao conhecimento demonstrativo através da argumentação.

Sendo Descartes o iniciador de uma tradição antiargumentativa dentro da Filosofia, de uma orientação que busca substituir a argumentação usual pela demonstração geométrica, como fez ele para escrever um texto como *O Discurso do Método*, destinado a um público de homens cultos e não de especialistas? Quais foram os recursos lingüísticos que usou? Até que ponto, a forma (retórica e argumentativa) da exposição, o estilo, entra em colisão com o conteúdo que

poderíamos chamar de cientificista? Essas são perguntas que trataremos de responder neste trabalho.

Nossa dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro apresentamos um pouco da história da arte retórica, se concentrando mais na Retórica Antiga. No segundo capítulo, trazemos a lume a Nova Retórica de Perelman. No terceiro contextualizamos a obra de Descartes de acordo com a época em que viveu, seus aspectos biográficos e o gênero textual chamado “discurso”, escolhido pelo autor para apresentar seu raciocínio. E no último capítulo fazemos um análise retórica do *Discurso do Método* sob três prismas: o *ethos*, o *lógos* e o *pathos*. Essas três categorias já estão presentes em teóricos da Antiguidade como Aristóteles. O *ethos* é o caráter do orador/escritor, o *logos*, os argumentos presentes no discurso e o *pathos*, a emoção que o público/leitor sente. No decorrer do trabalho esses aspectos serão mais esmiuçados.

## 1 A RETORICA ANTIGA

“O homem é a medida de todas as coisas”.

Protágoras

A arte retórica e oratória é uma disciplina multifacetada e plural. Ela tem como postulado a existência da linguagem, que, nas suas mais diversas dimensões, constitui a essência do ser humano. Vejamos algumas funções da linguagem através da teoria dos atos de fala de Austin e Searle.

Ao nos propormos fazer uma análise retórica e argumentativa, é conveniente perguntarmos sobre a eficácia da palavra no universo humano. Austin (1990) faz um estudo sobre os atos de fala. Ele classifica os atos de fala em constatativos e performativos, locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Constatativo é o ato que descreve uma ação ou um estado de coisas. Performativo é quando a expressão cria uma nova realidade ou a modifica. Por exemplo, ao proferir a seguinte frase: “Prometo pagar a dívida ainda hoje”, o falante executou uma ação, a saber, a de prometer. Ligada à expressão performativa está o ato de fala ilocucionário. Este consiste na realização de um ato ao dizer determinada frase. Um exemplo seria: “Peço desculpas por não ter pago a dívida”. A palavra foi a forma essencial para a execução da ação de pedir desculpas. Conclui-se, a partir disso, que a palavra tem o poder de engendrar novas situações. Temos ainda o ato locucionário e perlocucionário, o primeiro consiste em dizer alguma coisa. Por exemplo, 'A terra é redonda'. O ato perlocucionário pode ser uma advertência ou uma ameaça. Quando a mãe diz para a filha, 'Volte cedo da festa' está advertindo-a. John Searle (1995) tece algumas críticas às idéias de Austin, mas concorda que a palavra tem “força e poder”.

Como a linguagem é o reflexo da vida humana, ou melhor, é uma parte constitutiva desta, ela sofreu alterações no decorrer da história. Por isso, acreditamos ser importante percorrer as diversas fases do estudo retórico, no

entanto será um sobrevoo voltado precisamente ao que é mais relevante ao presente trabalho.

### 1.1. A Retórica Antiga: Nascimento e História

É difícil precisar uma data em que ocorreu o surgimento da Retórica, mas há estimativas da data em que ela foi reconhecida oficialmente como um saber. Conforme Rhoden (1997, p. 26):

Atenas foi o berço principal onde se criou e se desenvolveu a eloquência que consistia em aprender a falar bem nas assembléias.(...)Ela foi sistematizada, pela primeira vez na Sicília, no séc. V a.c. A partir de então a eloquência passou a ser uma técnica de persuasão, uma arte, no caso, a Retórica.

Segundo Barthes (1993, p. 89-90) o nascimento da retórica oficial ocorreu numa situação bastante peculiar:

A retórica (como metalinguagem) nasceu dos litígios sobre a propriedade. Por volta do ano 485 dois tiranos de Sicília, Gelón e Hierón, levaram a termo deportações, e ordenaram emigrações e expropriações para povoar Siracusa e distribuir porções de terra entre os mercenários; quando foram derrocados por uma sublevação democrática e pretenderam voltar à situação *ante qua*, houve inumeráveis processos porque os direitos de propriedade haviam caído em confusão. Estes processos eram de um tipo novo: mobilizavam jurados populares com grande número de membros, perante os quais, para convencer, era preciso ser eloqüente<sup>1</sup>. (A tradução é nossa)

Essa retórica judiciária foi denominada por Barthes de sintagmática, voltada somente à estrutura do discurso, não utilizando ornamentos nem figuras de linguagem. Como metalinguagem, a Retórica não deixa de ser uma linguagem. Podemos então lhe aplicar as categorias saussurianas e reconhecer a dimensão sintagmática e a paradigmática dessa linguagem. A dimensão sintagmática corresponderia à Retórica judiciária, interessada na estrutura do discurso. A

---

<sup>1</sup> La retórica (como metalinguaje) nació de los litígios sobre la propiedad. Alrededor del año 485 dos tiranos de Sicilia, Gelón y Hierón, llevaron a cabo deportaciones, y ordenaron emigraciones y expropiaciones para poblar Siracusa y distribuir porciones de tierra entre los mercenarios; cuando fueron derrocados por una sublevación democrática y se quiso volver a la situación *ante qua*, hubo innumerables procesos porque los derechos de propiedad habían caído en la confusión. Estos procesos eran de un tipo nuevo: mobilizaban jurados populares con gran número de miembros, ante los cuales, para convencer, había que ser 'elocuente'.



dimensão paradigmática corresponde, segundo Barthes, à parte da retórica que se ocupa com as figuras retóricas. Isto corresponde à dupla natureza da Retórica, disciplina que por uma parte é uma teoria sobre a argumentação, e nesse sentido se encontra ligada à Dialética dos antigos, mas ao mesmo tempo também é uma teoria sobre o “bem dizer”, sobre o discurso belo, e então se encontra ligada à Poética.

Ao falarmos de Retórica antiga, consideramos indispensável citar três nomes que são destaques de todos os tempos, a saber: Isócrates, Demóstenes e Quintiliano. O primeiro viveu em Atenas no século V e IV a.c. Alguns discursos redigidos por ele eram lidos por outros, devido à timidez e a problemas na voz, que, porém, não impediram seu sucesso. Êxito que, ironicamente, por ter escrito contra os sofistas, fez com que ele enriquecesse com seu “trabalho” de orador. Entre os discursos que escreveu está o *Elogio de Helena* e *Contra os Sofistas*. (HERMIDA, 1979) Demóstenes, que foi aluno de Isócrates, também não tinha nem boa dicção nem boa desenvoltura no convívio social, características superadas com bastante dedicação. Foi uma personalidade que deixou traços profundos marcados em Atenas. “O leitor, no contato com Demóstenes, poderá advertir que inclusive hoje, nesse preciso momento, suas palavras são perfeitamente aplicáveis à situação do mundo”<sup>2</sup>. (BOU, 1967, p. 16. Tradução nossa) Quintiliano também foi uma personalidade importante no universo retórico. Ele foi um orador romano, sendo que redigiu um dos textos fundamentais da Retórica Antiga, *Institutio Oratoria*.

O filósofo Platão é autor de dois diálogos, *Górgias* e *Fedro*, nos quais o tema principal é a Retórica. O primeiro diálogo contém uma crítica destrutiva dessa disciplina; no segundo ele tem uma posição menos “dura”, que consiste em aceitá-la desde que subordinada à Filosofia. No *Górgias*, Sócrates faz uso de seu método e vai interrogando para saber qual é a especificidade da Retórica, pois do mesmo modo que o sapateiro faz sapatos, ele quer saber a natureza do ofício do retor. Górgias responde que ele faz discursos. E Sócrates chega à conclusão que ela é para a alma o que a cozinha é para o corpo, ou seja, apenas paliativo. Considera a Retórica uma arte da ilusão, a qual apenas leva à adulação. Sócrates argumenta que em relação à injustiça, é melhor sofrer que cometê-la, sendo que a oratória deve ser utilizada visando à justiça. Segundo Reale, Platão aproxima a Retórica da arte:

---

<sup>2</sup> El lector, al repasar a Demóstenes, podrá advertir incluso que hoy, en este preciso momento, sus palabras son perfectamente aplicables a la situación del mundo.

“Como a arte pretende retratar e imitar todas as coisas *sem ter delas o verdadeiro conhecimento, mas imitando as suas puras aparências*, assim a retórica pretende persuadir e *convencer a todos acerca de tudo sem ter conhecimento algum*”. [grifo do autor] (REALE, 1994, p. 175) Como a postura platônica, perante à arte é a de resistência, pois essa retrata apenas as aparências, e se restringe a imitar o mundo real, a Retórica é alvo da mesma crítica platônica, pois confere aparência de verdade à mentira. No *Fedro* a posição é outra. Segundo Guthrie, há autores que afirmam que o *Fedro* é uma retratação das duras críticas. Referindo-se ao *Fedro*, o historiador da filosofia diz:

Tudo o que [Platão] realmente fez, foi recuperar seu equilíbrio depois da experiência emocional e se ocupar da retórica de modo tipicamente socrático-platônico, não usando a denúncia direta, mas fingindo considerá-la com seriedade, para tentar saber o que ela realmente é e como ela pode atingir de forma melhor sua finalidade, para descobrir apenas que a ‘verdadeira’ retórica é filosofia e tem que usar os métodos da dialética platônica<sup>3</sup>. (GUTHRIE, 1990, p. 397)

Platão apregoa que a função do discurso é a de *conduzir as almas*, portanto, para ser um bom orador, é indispensável conhecê-las, visto que sendo as almas diferentes, os argumentos deverão também variar. Isto é típico da argumentação retórica, na qual o argumento proferido depende do tipo de auditório. A estrutura e os esquemas argumentativos, as figuras retóricas, o léxico, são escolhidos em função do auditório que se deseja persuadir. Outro ponto que merece destaque no *Fedro* é o fato de Platão distinguir os temas controversos dos unívocos, segundo ele a Retórica deve trabalhar com os primeiros, pois sendo polêmicos, têm seu campo argumentativo ampliado. De acordo com Racionero (1994, p. 25):

(...) as exigências enunciadas por Platão no *Fedro* consistiam em assinalar, sobretudo, que somente são verdadeiros *discursos* os discursos que são *verdadeiros*; e, depois, que esse requisito se cumpre unicamente quando os discursos remetem a um adequado plano de *referência ontológica*, isto é,

---

<sup>3</sup> Todo lo que ha hecho realmente es recuperar su equilibrio después de la experiencia emocional y tratar de la retórica del modo más tipicamente socrático-platónico, no recurriendo a la denuncia directa, sino fingiendo tomarla em serio, para averiguar lo que realmente es y cómo puede cumplir mejor sus fines, para descubrir sólo que la retórica ‘verdadera’ es filosofía y tiene que emplear los métodos de la dialéctica platónica.

não às opiniões ou às realidades sensíveis, mas às Idéias ou formas<sup>4</sup>.  
(Tradução nossa)

Como vimos, Platão não foi um grande defensor da Retórica, uma vez que propusera uma concepção de verdade absoluta. Ele sustenta que a razão é a “luz” para alcançarmos o conhecimento verdadeiro. Essa defesa está explícita na alegoria do Mito da Caverna, presente no Livro VII da obra *A República*, relato em que os personagens estão presos numa caverna de frente para uma parede, na qual veem-se apenas sombras refletidas. Segundo ele, essas sombras significam a percepção de nossos sentidos, enquanto que, somente ao sair da caverna será possível vislumbrar o mundo das formas, das essências, por meio da razão. Nesta mesma alegoria, ele afirma que quando uma pessoa conseguir sair, desvencilhando-se das correntes, nas quais está aprisionado, sentirá sua visão ofuscada pela forte luz, com a qual não estava habituado. E ao voltar para o interior da caverna, e contar para os companheiros que tudo que estão vendo são apenas sombras, que a realidade verdadeira está no exterior, será fortemente censurado e discriminado como louco (PLATÃO, 2001).

Na Grécia Antiga, existia um grupo de mestres: eram os Sofistas, que eram remunerados para exercer seu ofício, para ensinar. Os demais filósofos os discriminavam sob a alegação de que utilizavam seu saber de modo puramente utilitarista. Dessa prática advém o vocábulo sofisma, que significa armadilha, um argumento que não se pode refutar. Os sofistas usaram, magistralmente, essa arte, porém, foram muito criticados, por Sócrates, por exemplo, por desvincularem a argumentação da verdade. Eles tinham como meta, “vencer” o debate e agradar ao público, não necessariamente alcançar o conhecimento verdadeiro. De acordo com Rhoden (1997, p. 33), eles “preocupavam-se apenas em agradar o povo. Explica-se porque o discurso foi adornado com os mais variados requintes lingüísticos. Consideravam a eloquência como uma ação mágica exercida pela palavra sobre a alma de seus ouvintes.”

---

<sup>4</sup> Las exigências enunciadas por Platón en el *Fedro* consistían en señalar, ante todo, que sólo son verdaderos *discursos* los discursos que son *verdaderos*; y, después, que tal requisito se cumple únicamente cuando los discursos remiten a un adecuado plano de *referencia ontológica*, es decir, no a las opiniones o a las realidades sensibles, sino a las Ideas o Formas.

Como contradito ao objetivo da filosofia platônica, o sofista Protágoras (apud Guthrie 1995, p. 173) afirmou: “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são o que são, e das coisas que não são o que não são”. Frase que sintetiza a relativização do conhecimento. Se o homem é a medida de referência, então não existe o conhecimento absoluto, pois tudo depende da opinião humana e de como ela acontece. É claro que há uma certa ambigüidade na frase de Protágoras, porque não fica claro se é cada homem individual a medida de todas às coisas, ou se é a humanidade que é a medida. Consoante Guthrie (1995, p. 51): “Havia (...), uma arte que todos sofistas ensinavam, a saber, a retórica, e uma posição epistemológica de que todos partilhavam, a saber, um ceticismo segundo o qual o conhecimento só podia ser relativo ao sujeito que percebe”. Os sofistas, ao privilegiarem o sujeito no ato de conhecer, colocam o objeto num plano secundário, contrariando a tese platônica.

Desde a época referida, muitas vezes o objeto da Retórica sofreu modificações e nem sempre ao longo da história, ela teve ampla aceitação. Podemos lembrar que essa “arte” de persuadir perdeu campo de atuação em épocas em que não havia governos democráticos ou republicanos. Segundo Todorov (1996, p. 68) que se inspira no historiador romano Tácito cuja obra sobre a Retórica é *Diálogo dos Oradores*: “A democracia é condição indispensável para o florescimento da eloqüência; reciprocamente, a eloqüência é a qualidade superior do indivíduo que pertence a uma democracia: nenhum dos dois pode passar sem o outro”. A Retórica surgiu, exatamente numa contenda em que os valores democráticos questionavam a tirania, como já foi mencionado. Nos regimes democráticos, as decisões não são tomadas apenas por uma pessoa, mas debatidas coletivamente, e nesse momento argumentar torna-se imprescindível. “Persuadir” é fazer com que pessoas modifiquem sua forma de pensar e agir por causa da palavra proferida, o discurso. Sendo assim, com a democracia quase inexistente, a Retórica sofreu uma modificação, uma vez que sua função persuasiva tornou-se obsoleta. Foi então quando a Retórica transformou-se numa teoria sobre a ornamentação do discurso, isto é, sobre as figuras de linguagem sem a finalidade pragmática da persuasão. Ficou, dessa forma, relegada ao âmbito da poesia e da literatura. Ricoeur afirma que esse desmembramento trouxe prejuízos significativos à Retórica. “A retórica morreu

quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico, que mantinha unidas suas partes e vinculava o todo ao *Organon* e à filosofia primeira” (RICOEUR, 2000, p. 18).

Na Antiguidade tardia, reconhecemos duas correntes antagônicas que se identificam com o estilo mais austero ou mais ornado, respectivamente, o aticismo e o asianismo. A causa do surgimento do asianismo foi quando a língua grega foi difundida em países da Ásia, e algumas pessoas que não dominavam bem o idioma, para dar impressão de erudição utilizavam muitas figuras de linguagem, prática que se consolidou. (TODOROV, 1996) No entanto, mesmo na época da decadência da Retórica, houve “olhos” que não deixaram de apreciar seu brilho e mantiveram-na no “altar principal”. Tendo como referência a admoestação agostiniana, a Retórica, no seu atributo de persuasão, encontrou refúgio na Igreja. Santo Agostinho (2002, p. 208) assevera:

É um fato, que pela arte da retórica é possível persuadir o que é verdadeiro como o que é falso. Quem ousará, pois, afirmar que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Seria assim? Então, esses oradores, que se esforçam para persuadir o erro, saberiam desde o prêmio conquistar o auditório e torná-lo benévolo e dócil, ao passo que os defensores da verdade não o conseguiriam? Aqueles apresentariam seus erros com concisão, clareza, verossimilhança e estes apresentariam a verdade de maneira a torná-la insípida, difícil de compreensão e finalmente desagradável de ser crida?

Mas mesmo na época em que a Retórica era entendida de forma depreciativa, jamais deixou de ser usada, pois, para combatê-la, lançava-se mão da mesma. Com isso afirma-se que ela é intrínseca ao discurso filosófico, científico, judiciário, político e religioso, pois, como vimos na introdução, a forma como a mensagem é proferida, modifica seu conteúdo. Por conseguinte, a argumentação retórica não está ligada apenas à veracidade do que é dito, pois ela está presente tanto na verdade como na falta desta. Conforme Reboul (2004, p.99) “Ora, se uma argumentação é mais ou menos desonesta, não é porque seja mais ou menos retórica”. Meyer (1993) corrobora, fazendo uma analogia. Segundo ele, a linguagem é útil à verdade, mas não suficiente, uma vez que ela pode abrigar a mentira, manipular, seduzir e convencer, aplicando-se a mesma situação à Retórica. Percebe-se aqui, que a visão platônica sobre a retórica já não encontra grande respaldo.

Aristóteles (1994) classificou os discursos em três âmbitos: o deliberativo, o judiciário e o epidítico. O primeiro está relacionado ao debate em assembleias sobre as decisões a tomar, aconselhar ou dissuadir. O segundo é o discurso forense, que tem como objetivo acusar ou defender. E o último é um discurso mais abstrato, no qual enaltecem-se valores, tais como a solidariedade, o amor e que tem a finalidade de louvar ou censurar.

Barthes explicita as diferenças de cada discurso, a partir de Aristóteles, de acordo com o auditório, finalidade, objeto, tempo a que se refere, raciocínios e lugares comuns recorrentes. Reproduzimos aqui a classificação de Barthes (1993, p.141):

<b>Gêneros</b>	<b>Auditório</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Objeto</b>
Deliberativo	Membros de uma assembleia	Aconselhar/ Desaconselhar	Útil/nocivo
Judiciário	Juízes	Acusar/defender	Justo/injusto
Epidítico	Espectadores, public	Louvar/censurar	Belo/feio

<b>Gêneros</b>	<b>Tempo</b>	<b>Raciocínios</b>	<b>Lugares-comuns</b>
Deliberativo	Futuro	Exemplos	Possível/impossível
Judiciário	Passado	Entimemas	Real/ não-real
Epidítico	Presente	Comparação amplificadora	Mais/menos

De três tipos de auditórios diferentes o autor diferencia seis aspectos em que não há semelhanças. Podemos nos perguntar sobre a pureza de cada gênero, ou se há, eventualmente, alguma ingerência de um no outro. O discurso deliberativo é relacionado ao futuro, pois trata-se de decidir sobre a elaboração de leis, que modificará em algo a vida em uma comunidade. O judiciário versa sobre o passado, o que é inegável, visto que se quer verificar se houve crime e quem o cometeu, mas também diz respeito ao futuro, uma vez que está em jogo a liberdade/prisão ou vida/morte, em caso de penas capitais, de um determinado cidadão. O discurso de Sócrates diante do Tribunal é um exemplo, do modo que o futuro foi modificado pela

sentença dos juízes. Sobre o objeto, no discurso deliberativo a dicotomia colocada é a do útil/nocivo, isto é, em que medida a lei beneficiará o povo sobre o qual irá incidir. No judiciário, por outro lado, decide-se entre o que é justo/injusto. Vemos um entrelaçamento entre essas quatro categorias, pois o útil que é injusto não terá boa receptividade. Percebemos assim, que no discurso deliberativo também se analisam valores dos outros discursos.

É imprescindível ressaltar a diferença entre raciocínios demonstrativos e argumentativos. Aristóteles distinguiu os raciocínios analíticos dos dialéticos, citados acima, sendo que os primeiros estão no âmbito da ciência e os segundos no âmbito da argumentação, da *doxa*. A Retórica ocupa-se de forma proeminente dos raciocínios prováveis, portanto, dialéticos. Na obra *Organon* a diferenciação é feita explicitamente: “A proposição demonstrativa difere da dialética, pois a demonstrativa é a supressão de uma das partes em contradição (pois o que demonstra não pergunta, mas suprime), de outro lado a dialética é a pergunta sobre a contradição<sup>5</sup>”. (ARISTÓTELES, 1988, Livro I, 24 a, p. 94).

Percebe-se na citação abaixo a vinculação evidente entre a Dialética e Retórica para Aristóteles:

pelo que se deduz das argumentações de *Tópicos*, Dialética e Retórica constituem duas disciplinas paralelas ou melhor, duas técnicas complementares de uma mesma disciplina, cujo objeto é a seleção e justificação de enunciados prováveis visando a constituir com eles raciocínios sobre questões que não podem ser tratadas cientificamente<sup>6</sup>. (tradução nossa) (RACIONERO, 1994, p. 36)

Racionero (1994, p. 37), comentando Aristóteles, esclarece a função tanto da Retórica como da Dialética. Salientamos que Retórica e Dialética, para Aristóteles, não são idênticas, mas próximas:

Saber provar a probabilidade de uma tese (refutando no interior de um diálogo metódico a improbabilidade das que se opõem), tal é a tarefa da dialética. Saber defender a tese mais provável (determinando mediante uma

<sup>5</sup> La proposición demostrativa difiere de la dialéctica en que la demostrativa es la asunción de una de las dos partes de la contradicción (pues el que demuestra no pregunta, sino que asume), em cambio la dialéctica es la pregunta respecto de la contradicción”.

<sup>6</sup> Por lo que se deduce de las argumentaciones de *Tópicos*, dialéctica y retórica constituyen dos disciplinas paralelas o, mejor, dos técnicas complementarias de una misma disciplina, cuyo objeto es la selección y justificación de enunciados probables con vistas a constituir con ellos razonamientos sobre cuestiones que no pueden ser tratadas científicamente.

técnica da persuasão a necessidade de que se aceite), tal é a tarefa da retórica<sup>7</sup>.

Como não se trata de raciocínios apenas formais, a Retórica abrange um campo de estudo mais amplo, não se restringindo ao estudo dos conceitos.

Desde um ponto de vista, a Retórica é, com efeito, um tratado de lógica, um *métodos* sobre os raciocínios só prováveis que implicam persuasão. Mas este *métodos* não é independente de uma forma concreta de expressão, que não é a própria da ciência e que exige, por isso mesmo, um estudo particular da linguagem para o que se requer uma concepção distinta – uma ampliação, na realidade – da mera análise dos conceitos e de suas relações<sup>8</sup>. (RACIONERO, 1994, p. 133)

E essa ampliação faz com que a indubitabilidade ceda lugar à incerteza. É como sair de uma base rochosa e passar a um chão de argila. Podemos distinguir a Dialética da Retórica pelos dois seguintes traços: a) A Dialética se ocupa de uma situação comunicativa gerada pela intervenção de dois ou mais participantes que defendem pontos de vista opostos. Pelo contrário a situação da que se ocupa a Retórica é aquela gerada por um orador que se dirige a um auditório. Na Dialética há interação entre os protagonistas, na Retórica não; b) a estratégia argumentativa padrão da Dialética consiste em levar o adversário a entrar em contradição consigo mesmo, ao passo que na Retórica as estratégias argumentativas preferidas são o entimema e o argumento pelo exemplo.

O entimema é caracterizado pela omissão de algumas das premissas, pois elas podem ficar subentendidas. Na frase, *Venceremos as eleições porque somos honestos*, está implícita a premissa de que os honestos sempre saem vitoriosos dos pleitos eleitorais. O argumento pelo exemplo, por sua vez, efetua o raciocínio indutivo. Parte-se de um exemplo concreto e tendo esse como referência, depreende-se que outras situações serão equivalentes. Assim, pode-se inferir o grau

---

<sup>7</sup> Saber probar la probabilidad de una tesis (refutando en el interior de un diálogo metódico la improbabilidad de las que se le oponen), tal es la tarea de la *dialéctica*. Saber defender la tesis más probable (determinando mediante una técnica de la persuasión la necesidad de que se acepte), tal es la tarea de la *retórica*.

<sup>8</sup> Desde un punto de vista, la *Retórica* es, en efecto, un tratado de lógica, un *métodos* sobre los razonamientos sólo probables que implican persuasión. Pero este *métodos* no es independiente de una forma concreta de expresión, que no es la propia de la ciencia y que exige, por ello mismo, un estudio particular del lenguaje para el que se requiere una concepción distinta – una ampliación, en realidad – del mero análisis de los conceptos y de sus relaciones.



de violência das cidades de acordo com a densidade demográfica. Após uma análise de cinco cidades, chega-se à conclusão que as cidades populosas são mais violentas. No entanto, um exemplar que não se enquadre nessa estatística, como Tóquio por exemplo, refuta a tese.

O estagirita escreveu o *Organon*, composto de quatro livros. *Os Primeiros Analíticos*, no qual expõe a lógica, *Os Segundos Analíticos*, no qual faz um estudo sobre a teoria da ciência, *Tópicos*, já citado, sobre a dialética e *Dos Argumentos Sofísticos*, sobre a teoria das falácias. É importante reiterar através de exemplos, que o filósofo grego diferencia raciocínios analíticos de dialéticos, os primeiros estudados pela Lógica também são denominados como silogismos demonstrativos. Eis um exemplo clássico:

Todos os mamíferos são vertebrados. (Premissa maior)

Todos os homens são mamíferos. (Premissa menor)

Logo, todos os homens são vertebrados. (Conclusão)

No nosso caso trata-se do esquema de inferência que os escolásticos chamaram de *Barbara*. Aristóteles se preocupou de fazer um inventário de todos os esquemas de inferência válidos, como *Barbara*. Um esquema válido é aquele que permite passar de premissas verdadeiras a conclusões verdadeiras. Mas não é aqui o propósito demorarmos muito sobre isso. Em todo caso, ao usar esses esquemas válidos, parte-se de premissas evidentes e a conclusão resulta também evidente.

Os raciocínios dialéticos não diferem na forma dos raciocínios analíticos. A diferença está em que na Dialética partimos de coisas prováveis para chegar a conclusões prováveis, de coisas verossímeis concluimos coisas verossímeis. É por isso que a Ética e a Política são âmbitos profícuos para a utilização dos raciocínios dialéticos. Pode-se perguntar: Como devemos agir para alcançar a felicidade? A resposta, ou melhor, as inúmeras respostas a essa pergunta, são apenas prováveis. Aristóteles, por exemplo, defendeu que o exercício da virtude, cultivada pelo hábito seria o caminho para a felicidade. Em contraposição, a filosofia helenística, na qual

destaca-se a corrente estóica, sugerira obedecer a natureza e o domínio das paixões.

Enfim, Ética e Política formam por excelência o campo do raciocínio dialético. Estes são desenvolvidos nos *Tópicos*, que assim iniciam-se:

O propósito deste estudo é encontrar um método a partir do qual possamos raciocinar sobre qualquer problema que nos seja proposto, a partir de coisas verossímeis, e por meio do qual, se nós mesmos afirmemos um enunciado, não falemos nada que lhe seja contrário. Cumpre então, dizer em primeiro lugar o que é um raciocínio e quais são seus diferentes tipos para poder compreender o raciocínio dialético: pois isso é o que buscamos no presente estudo. (ARISTÓTELES, 1982, Livro I, 100 a, p. 90-91)<sup>9</sup>

Se ficássemos somente no silogismo analítico ou demonstrativo o campo do discurso razoável seria demasiadamente restrito, uma vez que se conseguem perceber poucas evidências no mundo. Quando não se tem conhecimento seguro, o raciocínio dialético ocupa o espaço que o raciocínio analítico não é capaz de preencher. Às vezes se deve prescindir da demonstração e entrar no campo da opinião. Conforme corrobora Rhoden (1997, p. 131):

Afirmamos que, seguindo Aristóteles, 'é próprio do homem culto buscar a precisão, em cada gênero de coisas, apenas na medida em que a admite a natureza do assunto'. Esta afirmação indica a oposição entre demonstração e retórica e sugere haver retórica onde não há matéria de um saber demonstrativo. Seria insensato, por exemplo, exigir um raciocínio provável de um matemático e provas científicas de um retórico.

Como Aristóteles o ratifica no livro I da *Retórica*:

...já que ambas [retórica e dialética] tratam daquelas questões que permitem ter conhecimentos de certo modo comuns a todos e que não pertencem a nenhuma ciência determinada. Por isso, todos participam, de alguma forma, de ambas, posto que, até um certo limite, todos se esforçam em descobrir e sustentar um argumento e, igualmente, em defender-se e acusar-se. Agora bem, a maioria dos homens age assim, seja por acaso, seja por um

---

<sup>9</sup> El propósito de este estudio es encontrar un método a partir del cual podamos razonar sobre todo problema que se nos proponga, a partir de cosas plausibles, y gracias al cual, si nosotros mismos sostenemos un enunciado, no digamos nada que le sea contrario. Así, pues, hay que decir primero qué es un razonamiento y cuáles sus diferencias, para que pueda comprenderse el razonamiento dialéctico: en efecto, esto es lo que buscamos dentro del estudio presente.

costume nascido do seu modo de ser.<sup>10</sup> (tradução nossa) (1354 a, 1994, p. 161-162):

Dessa forma, é exagero alçar a argumentação retórica e dialética ao mesmo plano que corresponde à demonstração. O campo retórico não é o das verdades claras e evidentes, uma vez que sobre essas, a argumentação é dispensável. Nesse sentido Aristóteles faz uma distinção válida até os dias atuais. Segundo Plebe e Emmanuelle (1992, p.54) “Aristóteles atenua a força explosiva da conjectura retórica, fazendo dela uma espécie de demonstração de segunda ordem”. Segundo Meyer (2004<sup>a</sup>, p. 63) “Para Aristóteles o raciocínio argumentativo, ou entimema, é um silogismo imperfeito, porque lhe falta uma das duas premissas e mesmo às vezes a conclusão é somente sugerida”. (Tradução nossa)<sup>11</sup> Como já vimos o entimema é um raciocínio que prescinde de apresentar todas as premissas, ao contrário do silogismo analítico, acima apresentado. Conforme corrobora Skinner (1999, p. 58):

a arte em questão consiste, essencialmente, em aprender a manipular uma forma retórica de silogismo, o chamado entimema, no qual as premissas são meramente prováveis e a importância de expô-las está em despertar a emoção, além de fornecer provas.

Plebe (1992, p. 54) ratifica: “O entimema, a que Aristóteles reduz a conjectura retórica não seria nada mais que uma demonstração cujas premissas, em vez de certas, são inseguras”. Além disso, não é preciso que todas as premissas estejam explícitas. Fica claro o caráter não demonstrativo desse tipo de argumento.

A Retórica é, tradicionalmente, dividida em quatro partes, a saber: invenção, disposição, elocução e ação. A primeira está relacionada à habilidade do orador de pensar argumentos convincentes. A disposição refere-se à ordem dada aos argumentos no decorrer do discurso. A elocução diz respeito ao estilo do orador no discurso escrito. Enquanto o tom de voz e eventuais gestos no discurso oral fazem parte da ação. (REBOUL, 2004). Houve autores que incluíram a memorização como uma quinta etapa, pois o orador eficiente devia proferir de cor o seu discurso. Mas a

---

<sup>10</sup> Ya que ambas tratan de aquellas cuestiones que permiten tener conocimientos em cierto modo comunes a todos y que no pertenecen a ninguna ciencia determinada. Por ello, todos participan em alguna forma de ambas, puesto que, hasta um cierto limite, todos se esfuerzan em descubrir y sostener un argumento e, igualmente, en defenderse y acusar. Ahora bien, la mayoria de los hombres hace esto, sea al azar, sea por una costumbre nacida de su modo de ser.

<sup>11</sup> Pour Aristote, le raisonnement argumentative ou *enthymeme*, est un syllogisme imparfait, car il lui manque une des deux premisses et parfois même la conclusion n'est que suggérée.

inclusão da memorização como etapa independente não é unânime, motivo pelo qual não será explicitada separadamente. Quanto mais habilidosa for a utilização dessas categorias no discurso, tanto mais eficaz será a persuasão.

Faz-se mister explicitá-las. A *inventio* exige a criatividade do orador no seu discurso. Reboul (2004) divide as provas usadas em extrínsecas e intrínsecas. As primeiras são as exteriores à arte retórica, isto é, são dados já disponíveis e aceitos pelo auditório que o orador utiliza. Enquanto as intrínsecas são os dados elaborados pelo discurso. Nessas provas a criatividade é ainda mais visível. Cabe ressaltar que esses dois tipos de provas, se conciliadas, são fortalecidas. Muitas vezes, as intrínsecas têm embasamento nas extrínsecas. Também, dentro da invenção, os tratadistas da retórica colocavam o estudo das três dimensões da persuasão, que pode ser pelo *ethos* (carácter), pelo *pathos* (emoção) e pelo *logos* (razão) que serão tema do capítulo quarto deste trabalho.

Na argumentação existe o conceito de lugares de argumentação ou *loci*, que são estratégias prontas que o debatedor ou orador lança mão em determinado momento de sua manifestação. Um lugar bastante conhecido, citado por Reboul (2004, p. 52) é: “*Quem pode o mais pode o menos*”. Digamos que um arquiteto projetou um edifício de dez andares. Será ele capaz de projetar uma casa de dois pisos? Obviamente que sim. Nesse caso, o mais está bem definido, que é o prédio maior. No entanto, nem sempre está bem claro o que é mais e o que é menos. Um professor universitário terá competência para lecionar a crianças da primeira série do Ensino Fundamental? Não necessariamente, pois nessa situação embora o estudo universitário se caracterize como hierarquicamente superior, não pode subordinar os níveis mais baixos de ensino, visto que esses exigem um saber e competências diferentes do docente.

A tradição retórica diferencia três caracterizações de lugares. A primeira é o conjunto de crenças e valores e uma hierarquia entre eles, que servem como suporte para justificar uma conclusão. Numa discussão sobre a legalização do aborto, o valor da vida estará presente, mesmo que implicitamente, como o bem maior. A segunda caracterização é a de argumentos-tipos, que pode ser aplicada a diferentes discursos argumentativos que versam sobre diferentes domínios. Schopenhauer faz um inventário desses lugares na sua obra *Como vencer um*

*debate sem precisar ter razão*. Daremos dois exemplos, citados pelo filósofo alemão, o primeiro é de *Negação da teoria na prática*. Este consiste em dissociar a teoria da prática, alegando que a idéia está correta, mas no concreto não se aplica. O segundo exemplo é o da *Incompetência irônica*, que consiste em dizer-se incompetente para entender as proposições do interlocutor. Está indiretamente dizendo que o interlocutor extrapola o bom senso. (SCHOPENHAUER, 1997) E a terceira, mais técnica, é “uma questão típica que possibilita encontrar argumentos e contra-argumentos”. (REBOUL, 2004, p. 52) Como um tema a partir do qual se pode construir um discurso.

A segunda categoria é a *dispositio*, dimensão discursiva que se preocupa com a devida ordenação do discurso. Reboul (2004) menciona quatro partes importantes do discurso, a saber, *exórdio*, *narração*, *confirmação* e *peroração*. A primeira é a introdução do discurso, na qual o objetivo é conquistar o auditório, fazer com que este se coloque numa postura de receptividade ao que será comunicado. Em geral, os oradores apelam à humildade para conquistar a benevolência dos interlocutores. Um exemplo em que isso acontece é quando Cícero diz ao seu interlocutor no início da argumentação na obra *Sobre o Destino*: “Mas é assim que me ouvirás: como a um homem romano, como a um que caminha timidamente para este gênero de discussão, como a um que depois de longo intervalo retoma estes estudos.” (CÍCERO, 2001, p. 11) Como se percebe, ele se coloca numa posição de aprendiz, quando se sabe que era um dos maiores conhecedores do tema. A narração é a parte em que há predominância do *logos* em detrimento do *ethos* e do *pathos*. Na confirmação, refutam-se os argumentos adversários, e também onde o *pathos*, isto é, a comoção, se sobressai. A peroração é a parte que finaliza o discurso. Essas são as quatro divisões da disposição, que por si só, representa alta força persuasiva, pois um plano bem elaborado rende excelentes resultados. A disposição conduz o interlocutor no caminho escolhido pelo orador.

A *elocutio* é, numa terminologia aristotélica, o discurso em ato. Ela está relacionada ao estilo adotado pelo orador/escritor no seu discurso. Segundo Reboul (2004, p. 62) “A retórica criou uma estética da prosa, uma estética puramente funcional, da qual tudo o que é inútil é excluído, em que o mínimo efeito de estilo se justifica pela exigência de persuadir, em que qualquer artifício gratuito engendra

preciosismo e vulgaridade”. Estão sob aquele conceito as figuras de linguagem utilizadas, que por muito tempo<sup>12</sup> foram tidas como a totalidade da retórica, porém representam, apenas uma pequena parte dela.

Vista as diversas etapas do discurso, passa-se a um conceito essencial, o de auditório. Segundo Aristóteles:

Três são o número de espécies da retórica, dado que outras tantas as classes de ouvintes de discursos que existem. Porque o discurso consta de três componentes: Quem fala, aquele do que se fala e aquele a quem se fala; mas no fim se refere a este último, quer dizer, ao ouvinte<sup>13</sup>. (ARISTÓTELES, Livro I, 1358 b, p. 193, 1994)

A preocupação com os diferentes tipos de ouvintes influenciou no conteúdo dos tratados de Retórica, pois estes apresentavam um acentuado conteúdo psicológico, voltando-se à análise dos traços de carácter dos membros da plateia. Aristóteles no livro II da *Retórica* expõe os elementos subjetivos da persuasão: “Pois as coisas não são, por si, iguais para aquele que sente amizade, que para aquele que experimenta o ódio, nem para quem está irado que para o calmo, mas ou são completamente distintas ou bem diferentes em magnitude<sup>14</sup>”. (ARISTÓTELES, 1994, Livro II, 1378 a, p. 309) Percebemos, nessa frase de Aristóteles, a atenção dispensada ao ouvinte, o que exige maleabilidade do orador em captar o estado de espírito do auditório e a adaptar-se a ele, no sentido de utilizar os argumentos adequados à realidade constatada.

O filósofo grego estabelece três critérios que fazem com que alguém seja considerado um bom orador: “Três são as causas que tornam os oradores persuasivos: e sua importância é tal que por elas nos persuadimos prescindindo das demonstrações. Essas causas são a sensatez, a virtude e a benevolência<sup>15</sup>”. (ARISTÓTELES, 1994, Livro II, 1378 a, p. 309)

<sup>12</sup> No momento em que os regimes democráticos foram extintos, a Retórica reduziu-se a mero ornamento de linguagem.

<sup>13</sup> Tres son en número las especies de la retórica, dado que otras tantas son las clases de oyentes de discursos que existen. Porque el discurso consta de tres componentes: El que habla, aquello de lo que habla y aquél a quien habla; pero el fin se refiere a este último, quiero decir, al oyente.

<sup>14</sup> Pues las cosas no son, desde luego, iguales para el que siente amistad, que para el que experimenta odio, ni para el que está airado que para el que tiene calma, sino que o son por completo distintas o bien difieren en magnitud.

<sup>15</sup> Tres son las causas que hacen persuasivos a los oradores; y su importancia es tal que por ellas nos persuadimos, prescindiendo de las demostraciones. Esas causas son la sensatez, la virtud y la benevolencia.

Para que a argumentação se torne eficaz é essencial conhecer as pessoas para as quais as palavras são dirigidas. Pois nem todos os ouvintes estarão em concordância com as mesmas premissas. Inclusive, a postura do orador, perante o auditório, é um aspecto a ser observado.

Porque é muito importante para a persuasão – sobretudo nas deliberações e, depois nos processos judiciais – o modo como se apresenta o orador e que se possa supor que ele está numa certa atitude em relação aos ouvintes, assim como, no que se refere a estes, que se consiga que também eles estejam numa determinada atitude perante o orador<sup>16</sup>. (ARISTÓTELES, 1994, Livro II, 1377 b, p. 308)

Como ver-se-á no próximo capítulo, cujo tema é a Nova Retórica, muitos aspectos dessa teoria do século XX têm sua origem na de Aristóteles.

---

<sup>16</sup> Porque es muy importante para la persuasión – sobre todo en las deliberaciones y, después, en los procesos judiciales – el modo como se presenta el orador y el que se pueda suponer que el está em uma cierta actitud respecto de los oyentes, así como, em lo que se refiere a éstos, el que se logre que también ellos estén em uma determinada actitud ante el orador; en todo caso, para las deliberaciones es más útil la manera como se presente el orador y, para los procesos judiciales, la actitud en que se halle el auditorio.

## 2 A NOVA RETÓRICA

“É claro que as formas de raciocínio do filósofo não se podem limitar à dedução e à indução. Na medida em que os filósofos fazem apelo à razão, e utilizam, para convencer, todo um arsenal de argumentos que deveriam ser aceites por todos, é-lhes necessário alargar a sua concepção de razão, de maneira a mostrar a racionalidade das técnicas argumentativas e da retórica, como teoria do discurso persuasivo”. (Chaim Perelman, O Império Retórico)

Por volta do início do século XIX, a Retórica desapareceu dos programas escolares. Como teoria da argumentação, a Retórica já tinha sido desacreditada pelos filósofos modernos como Descartes, Hobbes, Locke e outros. Como Poética foi o Romantismo Alemão e Inglês os que a deixaram de lado. Assim, a Retórica perdeu sua função na sociedade ocidental: ela não servia mais nem para estabelecer conclusões, nem como arte de embelezar o discurso. Por outro lado, a perda de influência da religião sobre a sociedade europeia, a partir da Revolução francesa, restringiu seu único âmbito de validade: o espaço da pregação religiosa.

Nos anos cinquenta do século passado, reiniciou-se o estudo da argumentação e da Retórica. Houve uma redescoberta da Retórica antiga, entendida como uma teoria da argumentação sobre as coisas humanas, diferente da argumentação científica que se ocupava da Natureza ou das entidades ideais da Matemática. No ano de 1958 foi publicado o *Tratado da Argumentação* dos belgas Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. Eles deram como sub-título dessa obra a expressão Nova Retórica. De fato, o livro de Perelman e Tyteca poderia ser considerado também uma Nova Dialética, uma obra que retoma o conteúdo dos *Tópicos* de Aristóteles. Entretanto para evitar a associação com a dialética de Marx e de Hegel, os autores preferiram chamar a sua teoria de Nova Retórica. A Nova Retórica está inspirada nas idéias de Aristóteles. Conforme a citação:



Como o autor dos *Tópicos*, de *Dos Argumentos Sofísticos* e da *Retórica*, Aristóteles também é o ponto de partida da corrente que investiga outro tipo de comprovação racional: a comprovação do tipo argumentativo ou persuasivo. Essa corrente, retomada e desenvolvida no século XX, sobretudo pela Nova Retórica de Chaim Perelman, volta-se para a linguagem corrente, informal, buscando descobrir os requisitos da persuasão. Procura estabelecer as condições de mais força persuasiva de determinado argumento. (PESSANHA, 1973, p. XVII)

Através dessa citação se pode perceber que Aristóteles tem em Perelman um seguidor. Segundo Breton (2003, p. 19): “Ele reata com a dicotomia de Aristóteles, para quem certas discussões eram do domínio da ciência e outras, da retórica. Para Perelman, um raciocínio pode convencer sem ser cálculo, pode ser rigoroso sem ser ‘científico’”. De acordo com essa teoria, o conhecimento passa a ser viável, mesmo exterior ao âmbito das ciências matemáticas.

Perelman distingue a demonstração da argumentação, sendo o objetivo da Nova Retórica a análise da última. As diferenças entre argumentação e demonstração podem ser verificadas nos conceitos utilizados, pelas premissas no qual cada raciocínio se embasa, aos esquemas de inferência, ao contexto em que são produzidos e ao caráter das conclusões. Na demonstração, os conceitos têm uma definição isenta de ambiguidades, ao passo que na argumentação, é imprescindível precisar o conceito, sob pena do orador estar falando de algo e o ouvinte imaginando outra coisa. Num litígio, duas partes contrárias não terão dúvidas em clamar por justiça, mas esta tem significados e repercussões diferentes, dependendo da situação em a pessoa se encontra. Em segundo lugar, na demonstração, e um exemplo pode ser a matemática, as premissas são axiomas, ou seja, evidentes. Entretanto, isso não se verifica na argumentação, que parte de premissas prováveis chegando a conclusões também prováveis, como é o caso do entimema e da argumentação pelo exemplo. Quanto aos esquemas inferenciais adotados, a matemática segue esquemas dos quais de premissas verdadeiras e evidentes, chegar-se-á, necessariamente, a conclusões dessa mesma característica. Na argumentação, o esquema inferencial permite passar de premissas verdadeiras a conclusões prováveis e vice-versa. O sucesso da argumentação, nesse caso, terá relação com o consentimento do auditório. O contexto em que ocorre a demonstração e a argumentação também difere. Na demonstração, a conclusão já está posta, e o mestre explica aos seus alunos qual é o caminho correto para chegar

na mesma. Na argumentação, dependendo do andamento da explicação, as intervenções do auditório poderão interferir e chegar a uma conclusão inusitada. Uma última diferença é a de que na demonstração as conclusões são definitivas. Na argumentação elas podem ser revisadas, ao perceber-se a fragilidade e inverossimilhança de um argumento, toda a tese poderá ser comprometida.

Como vimos acima, ao falar em argumentação, um dos conceitos chave é o persuadir. “A teoria da argumentação concebida com uma nova retórica (ou uma nova dialética) cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir”. (PERELMAN, 1993, p. 24) Persuadir é convencer não somente sobre idéias, mas levar também o auditório à ação. (PERELMAN, 1993, p. 31): “A argumentação não tem unicamente como finalidade a adesão puramente intelectual. Ela visa, muito freqüentemente, incitar a ação ou, pelo menos, criar uma disposição para a ação.”

Ratificando:

A força de um argumento depende da adesão dos auditores às premissas da argumentação, da pertinência desta, da relação de proximidade ou distância que ela pode ter com a tese defendida, das objeções que se lhe poderiam opor, da maneira como se poderia refutar. (PERELMAN, 1993, p. 152)

Veremos na sub-seção seguinte que um aspecto que Perelman defende é o ineludível papel do auditório na argumentação.

Agora expomos alguns aspectos do *Tratado de Argumentação*. O autor sintetiza o conteúdo de sua obra:

Nosso tratado se relaciona sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão. É por essa razão também que o apresentamos como uma *nova retórica*. (PERELMAN, 1996, p. 5, grifo do autor)

Nesse ponto Perelman tece críticas a Descartes, por esse não aceitar como verdadeiro senão àquilo que se apresenta claro e evidente à consciência. Inicia a introdução ao tratado estabelecendo uma ruptura com o pensador racionalista.

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (PERELMAN, p. 1, 1996)

Nessa citação é perceptível como Perelman discorda claramente com o cartesianismo, pois este rejeitava que o discurso argumentativo sobre coisas

prováveis tivesse valor cognoscitivo. Pois para a teoria cartesiana apenas o que aparece à mente de maneira evidente pode ser considerado conhecimento. No entanto, ressalta-se que isso não incompatibiliza a utilização da Nova Retórica para a análise de um texto cartesiano, uma vez que esse texto cartesiano não recebe a etiqueta do conhecimento demonstrativo. Isto diferencia o *Discurso do Método*, de por exemplo, as *Meditações Metafísicas*, obra esta última na qual Descartes tentou usar o método analítico dos geômetras.

Para Koch (2000, p. 21): “Os trabalhos de Perelman deram novo impulso aos estudos sobre a argumentação. Tentando aliar os principais elementos da Retórica de Aristóteles a uma visão atualizada do assunto”. No entanto, Perelman (1993, p. 24) ressalta algumas diferenças. Segundo ele, “a nova retórica, em oposição à antiga, diz respeito aos discursos dirigidos a todas as espécies de auditórios, trata-se duma turba reunida em praça pública ou duma reunião de especialistas, quer nos dirijamos a um único indivíduo ou a toda humanidade”. E Perelman (1993, p. 56-57) confirma essa possibilidade: “O orador não deve, como o lógico, enumerar todos os encadeamentos do seu raciocínio: pode deixar subentendidas premissas que todos conhecem”.

Maneli (1994, p.43) explicita as mudanças implantadas pelo autor da Nova Retórica em relação a Aristóteles.

Perelman ampliou a teoria da argumentação dialética de Aristóteles e sua concepção como uma retórica generalizada ou teoria da argumentação generalizada. Essa teoria inclui não somente a teoria da audiência mais ou menos incompetente, mas abrange também as audiências de todos os tipos. Até mesmo as mais especializadas.

Plebe (1992, p. 3) por sua vez, não deixa de criticar e tenta apontar idiosincrasias nessa teoria. “A argumentação perelmaniana é uma invenção executiva, não criativa, o que transforma a relação retórica com a filosofia numa relação de subalternidade.” O autor insiste nesse ponto. “Na 'nova retórica' de Perelman, porém, a imaginação inventiva passa totalmente para segundo plano a fim de ceder o lugar à força de persuasão, que se torna a categoria central da linguagem retórica.” (PLEBE, 1992, p. 106)

Segundo Meyer (2004, p.11):

Tem se feito muitas vezes a associação entre Perelman e Aristóteles, porque nos dois, se encontra uma retórica centrada sobre o papel subordinante do *logos*, sobre o convencer mais que sobre o bem dizer, uma

racionalidade imanente à qual se submetem tanto o orador, como o auditório. Pode ser que aí resida a grande fraqueza da retórica de Perelman: ela é muito racional, se limitando aos argumentos enquanto o auditório é muitas vezes ofuscado pelas emoções. O *logos* não serve apenas para convencer, mas também para comover, para agradar, e isso geralmente sem argumento. O estilo, a beleza do discurso, a força que se desprende do orador são quiçá irracionais, mas não deixam de serem parâmetros essenciais na retórica, e não se pode desconsiderar seu papel. Dito isto, a teoria da argumentação de Perelman vai além de tudo o que foi feito antes dele. Nisso é que sua obra é decisiva.<sup>17</sup>

Porém, pensamos que as críticas de Plebe e Meyer são plausíveis, mas insuficientes, e ao contrário do que Plebe afirma, não consideramos que enfraquecem as bases da Nova Retórica. Ao admitir e apregoar como imprescindíveis as figuras de linguagem e analogias, Perelman revela que a imaginação inventiva não está em segundo plano. Além disso, a imaginação inventiva e a persuasão não são realidades excludentes, como insinua Plebe. A citação abaixo deixa claro que a crítica de Plebe é limitada. “Seja como for, trata-se de metáforas vivas ou mortas, acordadas ou adormecidas, prevalece hoje a certeza de que o pensamento filosófico, e mesmo todo o pensamento criativo, não pode passar sem elas” (PERELMAN, 1993, p. 136). E continua (Idem, p. 137): “O certo é que o pensamento filosófico, não podendo ser verificado empiricamente, se desenvolve numa argumentação que visa fazer admitir certas analogias e metáforas como elementos centrais de uma visão do mundo”.

Em outro livro, Perelman (1997, p. 87) corrobora o caráter lábil e criativo defendido na argumentação.

Há áreas, a da argumentação religiosa, a da educação moral ou artística, a da filosofia, a do direito, em que a argumentação tem de ser retórica. Os raciocínios válidos em lógica formal não podem ser aplicados quando não se trata nem de juízos puramente formais nem de proposições que têm um conteúdo tal que a experiência baste para esteá-las.

<sup>17</sup> On a d’ailleurs souvent associé Perelman à Aristote, car chez les deux, on retrouve une rhétorique centrée sur le rôle subordonnant du *logos*, sur le convaincre plus que sur le bien-parler, une rationalité immanente à laquelle se soumettent tant l’orateur que l’auditoire. C’est peut-être là que reside la grande faiblesse de la rhétorique de Perelman: elle est trop rationnelle, se limitant à des arguments, alors que l’auditoire est souvent aveuglé par des passions. Le *logos* ne sert pas qu’à convaincre, mais aussi à émouvoir, à plaire, et cela a lieu généralement sans argument. Le style, la beauté du discours, la force qui se dégage de l’orateur sont peut-être ‘irrationnels’, mais ce n’en sont pas moins des paramètres essentiels en rhétorique, et on ne peut faire l’impasse sur leur rôle. Cela dit, la théorie de l’argumentation de Perelman va plus loin que ce qui a été fait jusqu’à lui. C’est en cela que son oeuvre est décisive.

O próprio Plebe (1992, p. 109) demonstra cautela e termina a seção 'Uma contradição de Perelman' com essas palavras:

Felizmente, na sua parte mais vital, o *Tratado* de Perelman conseguiu desvencilhar-se tanto da sua contradição de base, como do seu deslize psicossociológico: toda sua terceira parte, *As técnicas argumentativas*, que ocupa quase dois terços do livro, é dedicada à retórica como disciplina 'quase lógica'. E é graças a essa sua terceira parte que se deve reconhecer ao *Tratado* o mérito de ter dado origem àquela que tomou o nome de Nova Retórica.

Perelman pretende conciliar a retórica e a filosofia, que segundo ele, não são incompatíveis, mas complementares.

Todos os que crêem poder determinar a verdade independentemente da argumentação menosprezam a retórica, que se refere a opiniões: em rigor, ela poderia servir para propagar verdades garantidas ao orador pela intuição ou pela evidência, mas não para as estabelecer. Mas, se não se admite que se possam fundar teses filosóficas sobre intuições evidentes, será preciso recorrer a técnicas argumentativas para as fazer prevalecer. A nova retórica torna-se então, instrumento indispensável à filosofia. (PERELMAN, 1993, p. 26)

Ele desenvolve mais um argumento defendendo essa conciliação:

O retórico, como o sofista, é mestre da opinião, logo, da aparência, ao passo que o que importa ao filósofo e ao sábio é o conhecimento da verdade e a prática do bem conforme a esta verdade. A dialética é útil para o filósofo porque permite abalar as opiniões errôneas, mas a apreensão da verdade far-se-á graças a intuições; a retórica servirá para as comunicar e fazer admitir. (PERELMAN, 1993, p. 166)

O filósofo belga deixa claro que não se podem misturar os conceitos de Retórica e de Filosofia e esquecer a Filosofia na "vala comum" do discurso opinativo. Nesse sentido, está em convergência com os grandes filósofos clássicos antigos, tais como, Platão. Segundo Maneli (2004, p.51), a Retórica exerce um papel fundamental na vida humana. Para os seres dotados de linguagem, ela é um caminho para o esclarecimento.

A retórica é uma maneira de sobrepujar o poder das aparências, dos dogmas, dos mitos e das 'verdades óbvias' do senso comum. O fluxo retórico de argumentos, o apelo à audiência e o convite para o diálogo – essas são as ferramentas contra a crítica de idéias simplistas que permanecem profundamente enraizadas na mente de pessoas que, de um modo geral, são críticas, inovadoras e até mesmo criativas em sua vida profissional, mas incapazes de aplicar os mesmos critérios de exigência em análises de assuntos políticos e sociais.

Poderíamos pensar que existe uma divergência entre Perelman e Maneli, por conta da palavra aparência. Na citação do comentador aparência está equiparada a

dogmas e a não-questionamentos, e na do autor significa o instrumento que leva à essência, ou seja, à verdade. Eis um caso em que definir bem o conceito, que veremos a seguir, é determinante na inteligibilidade das idéias.

Conforme se trabalhou nessa seção, o ouvinte é o fim último do discurso, e esse conceito será novamente trabalhado na sub-seção seguinte.

## 2.1. O Auditório

Na Retórica, o auditório é determinante para alcançarmos a eficácia da argumentação. Percebemos que o mesmo deixa de ser secundário e passa a ocupar o mesmo patamar hierárquico do orador. A competência desse é percebida no auditório. “A perspectiva argumentativa se define nos termos da influência maior ou menor que se exerce sobre um auditório”<sup>18</sup>. (MARAFIOTI, 2003, p. 100)

Lembramos que há auditórios heterogêneos, ou seja, seus membros não compartilham das mesmas opiniões. Isso exige versatilidade do orador, no sentido de que ele deverá usar diversos argumentos para contemplar todos os ouvintes e, juntos, levar à persuasão e ao convencimento. Consoante Perelman (1993, p. 43): “Adaptar-se ao auditório é, sobretudo, escolher como premissas da argumentação as teses admitidas por este último”. Aliás, o autor da Nova Retórica diferencia persuadir de convencer. Segundo ele, persuasão está no âmbito individual enquanto que a convicção tende a ser mais objetiva, tendo alcance a qualquer ser racional.

O mentor da Nova Retórica introduz o conceito de auditório universal, mas além desse enuncia dois mais restritos:

O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório *universal*; o segundo formado, no diálogo, unicamente pelo *interlocutor* a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo *próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. (PERELMAN, 1996, p. 34)

Na verdade, os dois últimos auditórios não apresentam nenhuma dificuldade em termos de entendimento. Uma pessoa pode persuadir outra a ir ao cinema. Também pode, consigo mesma, deliberar se vai ao cinema ou se assiste a um filme

---

<sup>18</sup> La perspectiva argumentativa se define en términos de la influencia mayor o menor que se ejerce sobre un auditório.

em casa. Mas o auditório universal é uma originalidade, na arte retórica, e ocorre no âmbito filosófico.

Um discurso convincente é aquele cujas premissas e cujos argumentos são universalizáveis, isto é, aceitáveis, em princípio por todos os membros do auditório universal. Vê-se, imediatamente como, nesta perspectiva, a própria originalidade da filosofia, tradicionalmente associada às noções de verdade e razão, será melhor compreendida pela sua relação com o auditório universal e pela maneira como este é concebido pelo filósofo. (PERELMAN, 1993, p. 37)

O conceito de auditório universal de Perelman (1993, p. 34) é o seguinte: “os membros que são competentes e razoáveis e que eu qualifico como auditório universal, passando por uma variedade infinita de auditórios particulares”.

Surge uma questão: Como os temas argumentativos, são precipuamente, eivados de subjetividades, a universalidade do auditório não estaria prejudicada? Dito de outro modo, como assertivas não-universais, podem ter a pretensão de uma audiência universal? Reboul adverte que essa pretensão não é ilusória ou infundada, mas que representa um progresso significativo:

Em suma, o auditório universal poderia ser apenas uma pretensão, ou mesmo um truque retórico. Mas achamos que ele pode ter função mais nobre, a do ideal argumentativo. O orador sabe bem que está tratando com um auditório particular, mas faz um discurso que tenta superá-lo, dirigido a outros auditórios possíveis que estão além dele, considerando implicitamente todas as suas expectativas e todas as suas objeções. Então o auditório universal não é um engodo, mas um princípio de superação, e por ele se pode julgar da qualidade de uma argumentação. (REBOUL, 2004, p. 93-94)

Perelman endossa a interpretação de Reboul: “Acreditamos, pois, que os auditórios não são independentes; que são auditórios concretos particulares que podem impor uma concepção do auditório universal que lhes é própria”. (PERELMAN, 1996, p. 39)

Reiterando a primazia do auditório, ressalta-se:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. (PERELMAN, 1996, p. 21)

Buscando uma definição mais precisa, compreende-se o auditório “como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação”. (PERELMAN, 1993, p. 33) A noção de auditório universal está mais ligada à filosofia,

e apresenta algumas dificuldades pelo fato de necessitar embasar-se em premissas que podem ser consideradas unânimes, ao contrário de outros auditórios. Um pregador religioso e cristão tem como postulado a Ressurreição de Jesus Cristo. Não precisará argumentar sobre isso, uma vez que essa premissa é aceita pelo seu auditório. Segundo o autor da Nova Retórica: “Enquanto o especialista, dirigindo-se a uma sociedade de cientistas, e o padre, pregando na sua igreja, sabem sobre que teses podem fundar a sua exposição, o filósofo encontra-se numa situação infinitamente mais difícil”. (PERELMAN, 1993, p. 36)

Conforme Molina (2007, p. 15) constata, Perelman é um dos filósofos do século XX que busca desvincular a lógica da filosofia, pois segundo ele, a filosofia está mais próxima da dialética e da retórica.

O âmbito do discurso filosófico é o da verossimilhança e não aquele da certeza, e isso explica o fato de que na argumentação filosófica, diferentemente do caso da prova matemática, a conclusão não é estabelecida de forma definitiva. É por isso, que podemos dar vários argumentos em favor de uma tese. Pelo contrário, uma única demonstração matemática bem construída é suficiente.

É importante distinguir dois conceitos nessa dicotomia entre certeza e dúvidas, ou probabilidades: É a verdade e a convicção. A seara argumentativa trabalha com as convicções, sejam intuitivas ou não. As convicções que em algum sentido podem ter a característica de certeza, mas uma certeza mais precária, porquanto suscetível de mudança. Podemos ter a convicção que o melhor sistema de governo é o capitalista, mas após uma grande crise econômica, essa convicção será “posta em xeque”. Exatamente por isso, ressalta Molina (2007) que as abordagens filosóficas de Perelman e da lógica informal são mais profícuas.

Como vimos, a Nova Retórica não retira a condição da filosofia como o ramo do saber capaz de alcançar a verdade. À Retórica cabe a tarefa de propagar as verdades descobertas pela filosofia. Portanto, Perelman equipara a retórica à sofística, mas tem o cuidado de manter a filosofia num segmento diferenciado, no qual a busca da verdade mantém-se legítima. “Os fatos tornam-se fatos no processo da argumentação, quando são aceitos e tratados como tal”. (MANELI, 2004, p. 55) Sob esse aspecto, pode-se aproximar a Nova Retórica da Sofística, pois a retórica servirá para transmiti-la. No entanto, é importante usar o argumento da transitividade e concluir que todo filósofo é também um sofista, na medida em que propaga suas



idéias. Essa afirmação não é tranqüila e poderá causar estranhamentos e protestos, porquanto o termo 'sofista' tem uma carga semântica fortemente negativa, denotando alguém que engana e manipula. Porém, essa visão pejorativa pode ser atenuada, uma vez que muitos fatores que levaram a tal julgamento já não se fazem presentes, ou os supostos defeitos deixaram de serem defeitos. Constata-se assim ambiguidades no termo sofista. Recorrendo a sua etimologia, o radical *sóphos* é o mesmo da palavra filosofia. Esse radical significa sabedoria, nesse caso poderíamos inferir que os sofistas eram sábios? Possivelmente, mas não se pode negar que os sofistas eram filósofos, tais como Protágoras, Górgias, Sólon e muitos outros. Segundo Guthrie (1995, p. 37): "Se lembrarmos a vocação educacional dos poetas gregos, poderemos dizer que a palavra que se lhe aproxima mais [de sofista] em português é mestre ou professor". Eram professores, no entanto o que foi usado contra os mesmos era o fato de receberem remuneração pelo seu trabalho, algo atípico na era de Sócrates. Inclusive, foram equiparados a quem exerce a prostituição, pois vender o corpo ou a mente eram atitudes igualmente graves, do ponto de vista moral. (GUTHRIE, 1995) Na verdade, não deixou de ser a profissionalização do ofício, pois como o artesão vive do produto de seu trabalho, o sábio viveria de sua sabedoria, e muitos enriqueceram nesse ofício como foi visto anteriormente. Entendemos que a ética deve estar em primeiro plano, para que o fim não justifique os meios, mas essa máxima não será ferida se associarmos a filosofia à sofística, uma vez que a remuneração do trabalho do professor ou mestre, hodiernamente, não é indício de desonestidade, antes pelo contrário, ela proporciona ao mesmo a chance de dedicar-se integralmente a esse trabalho de iluminar o caminho de seus tutelados.

## 2.2. Os Tipos de Argumentos

Os argumentos são classificados por Perelman em três tipos, a saber, *quase-lógicos, baseados na estrutura do real e os que visam fundar a estrutura do real*. Delinearemos, na seqüência, as características desses. Porém, serão citados apenas alguns argumentos de cada tipo para exemplificar.

Os primeiros “são aqueles que se compreendem aproximando-os do pensamento formal, de natureza lógica ou matemática” (PERELMAN, 1993, p. 69). Os argumentos quase-lógicos recebem essa denominação pelo fato de serem aparentemente demonstrativos, porém são alijados dessa classe após uma análise mais acurada de sua estrutura. Eles seguem princípios lógicos como o da identidade e o da contradição, além de apresentarem uma estrutura formal que os aproxima da lógica. Como se percebe na citação: “O que caracteriza a argumentação quase-lógica é, portanto, seu caráter não-formal e o esforço mental de que necessita sua redução ao formal”. (PERELMAN, 2002, p. 220).

É utilizada a expressão “quase lógica” pelo aspecto flexível inerente a esse tipo de argumento.

Na argumentação quase lógica é raro que o termo de comparação seja determinado de forma rígida. Como o recurso a este argumento visa menos informar do que impressionar, a indicação de uma grandeza numérica absoluta poderá ser, para o efeito, menos eficaz do que a indicação de uma grandeza relativa, mas na condição de que o termo de comparação seja bem escolhido. Para realçar a imensidão de um país, será mais útil dizer, em Paris, que ele é nove vezes maior que a França do que indicar que cobre metade do Brasil. (PERELMAN, 1993, p. 94)

Maneli (2004, p. 25) explica a presença dessa categoria de argumentos: “Desde o início, *The New Rhetoric* tem servido como um método para analisar os aspectos da vida que vão além dos moldes da lógica formal, sendo assim relegados a métodos normalmente distantes da aplicação da razão consciente”. O mesmo autor aponta três itens que se destacam nessa teoria. O primeiro é uma nova solução para a relação entre o razoável e o racional, o problema da audiência e o problema do diálogo. (Idem) Quanto ao primeiro ponto. “A Nova Retórica não elimina a lógica formal e não rejeita o valor dos silogismos com relação à dedução e à

indução, mas reserva um lugar apropriado para eles na totalidade do raciocínio humano”. (Idem, p. 27)

Para melhor esclarecer, traremos presente alguns exemplos de argumentos quase-lógicos. Uma das características mais notáveis na argumentação quase-lógica é o uso da definição. No entanto, não poderá ser uma definição evidente, pois nesse caso a clareza já estaria presente no termo. Pois as palavras, de acordo com o contexto, têm significados diferentes, além disso, é bem provável que, devido à biografia dos falantes ser diferente, que não tenham a mesma acepção a respeito de determinados conceitos. Por isso, é importante definir o que se entende pelo conceito em debate. Mas também é utilizado para tergiversar sobre determinados assuntos. Quando um professor de primeira série do Ensino Fundamental é cobrado por uma mãe de que seu filho não está aprendendo nas aulas, pode perguntar o que ela entende por aprendizagem, que segundo sua concepção, há aprendizagem, uma vez que ele convive com outros colegas, aprendendo a se socializar. Pode ser dada uma definição parcial ou ampliada do conceito.

Ainda sobre a definição:

Sempre que uma noção possa ser definida de várias maneiras, definir será efectuar uma escolha que não poderá ser admitida sem discussão, a menos que não tenha qualquer consequência para o raciocínio. Se, pelo contrário, uma definição orienta o raciocínio, ela deve ser justificada. (PERELMAN, 1993, p. 81)

Outro argumento quase-lógico é o da reciprocidade: “O argumento da reciprocidade é aquele que assimila dois seres ou duas situações, mostrando que os termos correlativos numa relação devem ser tratados da mesma forma”. (PERELMAN, 1993, p. 86) Um exemplo é: *Se não é crime vender, não é crime comprar*. Faz parte também dessa mesma classificação os argumentos de transitividade. A estrutura desses argumentos obedece à seguinte regra. A última parte de uma assertiva é a primeira da seguinte. Um exemplo citado por Perelman. *Os amigos dos meus amigos são meus amigos*. Pode-se representar com uma fórmula essa relação.

EU=A  
AMIGOS=B  
AMIGOS DOS AMIGOS=C

A transitividade ocorre da seguinte forma. Como existe uma relação de A com B e existe também uma relação de B com C, conclui-se que existe a mesma relação de A com C. A incompatibilidade, outro argumento, ocorre quando duas idéias são excludentes. Um exemplo é o determinismo e a liberdade. Se tudo está estabelecido no livro do destino, o ser humano não poderá utilizar o livre-arbítrio, pois apenas viverá o que já foi decidido por ele. O argumento da identidade é muito usado no cotidiano. *Mãe é mãe* é um exemplo no qual ocorre uma pseudo-tautologia, pois o segundo termo é semanticamente diferente do primeiro e vai além do significado corriqueiro.

O segundo tipo de argumentos, analisados por Perelman, é aquele dos que são *baseados na estrutura do real*. São os que "baseiam-se em ligações que existem entre elementos do real". (PERELMAN, 1993, p. 69) Perelman explicita as ligações de sucessão: "Desde que haja elementos do real associados uns aos outros numa ligação reconhecida, é possível fundar nela uma argumentação que permite passar daquilo ao que se quer fazer admitir". (Idem, p. 97) A causalidade faz parte desse grupo de argumentos. Pelo fato de ter havido sucessão temporal infere-se que há uma relação de causa e efeito, o que nem sempre é verdadeiro. Pode ser expresso na máxima latina *Post hoc, ergo propter hoc*, depois disso, logo por causa disso. Há pessoas que, em tempos de estiagem, rezam para chover, devido às plantações e animais estarem sofrendo. Se chover logo após a oração, com certeza será creditado aos poderes sobrenaturais a chuva e possivelmente agradecerão em forma de oração a chuva que 'Deus mandou'. Entretanto, poderá ter sido mera coincidência.

O argumento pragmático tem semelhança com a causalidade. Analisa-se o mérito a partir do seu resultado. "Que outra boa razão se teria para adotar uma lei, a não ser o conjunto de benefícios que dela se pode esperar". (REBOUL, 2004, p.

174) O risco que se corre é compartilhar da assertiva de que *os fins justificam os meios*.

Nessa mesma classificação estão apresentados os argumentos da coexistência:

Enquanto as ligações de sucessão unem elementos da mesma natureza, como acontecimento ou fenômenos, unidos por um vínculo de causalidade, as ligações de coexistência estabelecem um vínculo entre realidades de nível desigual, das quais uma é apresentada como expressão ou manifestação da outra, como a relação entre uma pessoa e as suas ações, os seus juízos e suas obras. (PERELMAN, 1993, p. 105)

O argumento da autoridade é um dos muitos utilizados na modernidade, que consiste em respaldar sua manifestação num grande especialista da área de conhecimento. Charles Darwin afirmou. E com base na autoridade desse biólogo desenvolve-se a argumentação.

Por último, os argumentos que fundam a estrutura do real. “Os argumentos que fundam a estrutura do real são os que, a partir de um caso conhecido, permitem estabelecer um precedente, um modelo ou uma regra geral” (PERELMAN, 1993 p. 70).

A argumentação pelo exemplo, modelo e antimodelo e ilustração estão classificados nesse tipo de argumentos. O exemplo, como já vimos, pretende validar uma teoria universal a partir de fatos concretos. *Quem reage a assaltos, é morto pelo bandido*. É uma assertiva universal concluída a partir de exemplos, mas que pode ser refutada quando um fato tiver resultado diferente. O modelo vai além do exemplo, pois está implícito a sugestão de imitá-lo, Jesus Cristo e Sócrates são colocados como modelos e não apenas como exemplos. O antimodelo, por sua vez, é tomar como referência uma obra e fazer objeções às teorias ali desenvolvidas. Plebe (1992, p. 37) enumera muitos títulos que se embasaram nessa artimanha. “Essa técnica revelou-se tão profícua a ponto de ser com freqüência retomada ao longo dos séculos até os dias de hoje, mantendo-se o costume de indicar a antítese já no título. Basta recordar, no humanismo, o *Antibarbarus* de Nizólio contra a lógica aristotélica, no iluminismo, o *Anti-Sêneca* de Lamettrie, em nossos dias o *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari.” Mas existe uma outra possibilidade de adotar o antimodelo, “a de introduzir uma oposição dialógica dentro de um mesmo escrito”. (Idem, p. 39)

A ilustração não tem como objetivo provar a regra, ao contrário do exemplo, mas reforçar a adesão do ouvinte.

No quarto capítulo voltaremos a esse tópico. Gradativamente aproximamo-nos do efetivo objeto de estudo, uma vez que era indispensável essa base teórica. No próximo capítulo fazemos um estudo do contexto da obra estudada, *O Discurso do método* do filósofo Descartes.

### 3 O DISCURSO DO MÉTODO: OS CONTEXTOS

“E, enfim, o nosso século parecia-me tão florescente e tão fértil em bons espíritos como qualquer dos precedentes”. (René Descartes, *Discurso do Método*)

Nos estudos sobre linguísticos e literários, o termo “contexto” tem adquirido um significado amplo demais. Devemos incluir no contexto as circunstâncias sociais, históricas e culturais nas quais a obra foi produzida. Entender uma obra significa, entre outros aspectos, atentar a essas circunstâncias, saber sobre que pilares sociais, intelectuais e políticos foi edificada. Koch (2002, p. 26) elucida a necessidade de recorrermos ao contexto, pois assim o significado do que é afirmado é mais preciso.

Uma das posições quanto à necessidade de recurso ao contexto é de que não existem frases, apenas enunciados (*tokens*), únicos e efetivamente produzidos – portanto é impossível fazer abstração do contexto, das condições de produção, da situação de enunciação (quem fala, com quem, quando, onde, em que condições, com que propósito etc).

Dentro do contexto temos que incluir aqueles aspectos que individualizam o autor. Assim deveremos nos referir, na nossa análise, à biografia de Descartes, sobretudo a sua formação intelectual.

Também fazem parte do contexto de um texto os elementos paratextuais. Assim ao ler a palavra “Discurso” sabemos que Descartes escreveu a obra que estamos analisando para um público de homens cultos em geral. Daí decorre o uso da língua vernácula. Nas *Meditações Metafísicas*, o termo *Meditações* nos avisa que estamos na presença de uma obra em forma de monólogo, que contém uma narrativa autobiográfica e que está destinada a operar uma espécie de purificação. No caso dessa obra de Descartes, se trata de purificação intelectual, de se desligar da influência enganosa dos sentidos. O termo “Princípios” nos *Princípios da Filosofia* avisa ao leitor que ele encontrará uma obra escrita com rigor dedutivo, ao estilo dos *Elementos* de Euclides.

Consentindo com a afirmação de Koch supracitada, impera-se situar o *Discurso do Método* no seu devido contexto. Conforme a epígrafe, o próprio Descartes não colocou a sua época num contexto especial em que sobressaíssem pessoas diferenciadas, do ponto de vista intelectual. Iniciaremos nossa investigação pelo enunciador do *Discurso do Método*.

### 3.1. Os Aspectos da Formação Intelectual de Descartes

René Descartes, filho de Joachim Descartes e Jeanne Brochard, nasceu na França em 31 de março de 1596, na cidade de La Haye. Em 1606 passa a estudar no Colégio La Flèche, que segundo Suffert (2001), foi o primeiro colégio Jesuíta da França, criado pelo Papa Gregório XIII.

A estrutura curricular do colégio dos Jesuítas era assim dividida, segundo Gaukroger (1999, p. 80-81):

O sistema de ensino medieval havia-se estruturado frouxamente em torno de uma codificação, desenvolvida pelos enciclopedistas latinos do século V e VI, das setes artes liberais, formadas pelo *trivium*, que compreendia as 'artes verbais', isto é, a gramática, a retórica e a dialética (lógica), e pelo *quadrivium*, que compreendia as 'artes matemáticas', ou seja, a aritmética, a música, a geometria e a astronomia. O currículo do La Flèche refletia até certo ponto essa ordenação do material, embora com reformulações significativas. Nos primeiros cinco anos do currículo humanista, estudava-se o Trivium, com exceção da dialética. Nos três anos seguintes, cobria-se o restante dos temas das artes liberais, embora se acrescentassem a metafísica, a filosofia natural e a ética.

De acordo com Rodis-Lewis (1996, p. 29), o programa de estudos de Descartes estava assim estruturado.

Ele começa pelo estudo de línguas, principal objeto dos três anos de gramática. Já sabendo ler e escrever em francês, Descartes podia chegar com o ano já em curso e pouco a pouco adquirir o estilo claro, equilibrado e preciso que será 'cartesiano'. O primeiro programa latino previa, antes das séries de teologia só para os noviços, oito anos, dos quais três de gramática, um de humanidades, seguido de um de retórica e três de filosofia.

O mesmo autor ratifica a informação de que os jesuítas lecionavam moral no último ano, acompanhada da metafísica. E essa moral tinha como fonte de inspiração os estóicos, "que instalam seu sábio acima da condição humana, até não experimentar a tristeza nem as mais violentas dores". (Idem, p. 32)



Descartes concluiu os estudos de La Flèche aos dezoito anos de idade. Depois estudou Direito Civil e Canônico na Universidade de Poitiers. Há autores que alegam que ele cursou medicina nessa mesma universidade, no entanto, Rodis-Lewis (Idem, p. 35) não concorda:

Quando, em 1618, Descartes trava conhecimento com Beeckman, este acabava de graduar-se doutor em medicina em Caen, na França, e os dois jamais falam disso. Os primeiros sinais de interesse aparecem quando, no final de 1629, ele começa estudar anatomia, porque desejava sistematizar o conjunto da física, ou estudo de toda natureza, o qual compreende a fisiologia.

No *Discurso do Método* Descartes apresenta a sua biografia intelectual: “Fui nutrido nas letras desde a infância, e por me haver persuadido de que, por meio delas, se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las”. (DESCARTES, 1973, p. 38) Por letras entendia-se a Gramática, a História, a Poesia e a Retórica. Descartes demonstra-se decepcionado, uma vez que a dúvida transparece como algo que o perturba, no entanto “as letras” não foram capazes de sanar as dúvidas cartesianas.

René Descartes viajou bastante. Esse fato foi narrado no *Discurso do Método*, sendo que um dos objetivos de suas viagens foi exercitar-se nos preceitos por ele elaborado. Entre os países visitados estavam a Alemanha, a Holanda e a Suécia, no qual trabalhou com a rainha Cristina e veio a falecer, de pneumonia, em 11 de fevereiro de 1650.

Na próxima sub-seção elencar-se-á as características da época em que o *Discurso do Método* foi escrito e publicado.

### 3.2. O Contexto Social e Intelectual

O *Discurso do Método* é um livro que delineou “novos caminhos” no âmbito da ciência e da filosofia. Foi publicado no século XVII, ano de 1637. Essa obra influenciou de forma determinante a consolidação de uma nova mentalidade científica provocando “rupturas de paradigmas”, colocou em dúvida todo um sistema “cristalizado” da construção do conhecimento. Transparece, nessa obra, o intento de contestar tudo o que foi escrito até então. Descartes nega-se a perpetuar a tradição, ou seja, a herança aristotélico-tomista, que teve seu ponto alto na escolástica.

“Nesse sentido, dever-se-ia considerar Descartes não tanto como um dos precursores da ‘revolução científica’, mas por ter ajudado a lançar as bases necessárias ao mesmo empreendimento que iria, mais tarde, chamar-se ciência”. (COTTINGHAM, 1989, p. 16)

Segundo Koyré (1992, p. 19), nesse século houve muitas mudanças, rupturas e sobretudo uma nova forma do homem se portar diante do mundo:

Alargamento sem igual da imagem histórica, geográfica, científica do homem e do mundo. Fervilhamento confuso e fecundo de idéias novas e de idéias renovadas. Renascimento de um mundo esquecido e nascimento de um mundo novo. Mas também: crítica, abalo e enfim dissolução e mesmo destruição e morte progressiva das antigas crenças, das antigas concepções, das antigas verdades tradicionais que davam ao homem a certeza do saber e a segurança da ação.

Descartes viveu e escreveu seu discurso numa época em que a presença eclesial na sociedade era intensa. Sendo assim, as repressões não eram raras e se percebe, da parte do “pai da filosofia moderna”, alguma cautela para não ferir os dogmas da Igreja, pois estaria assim sujeito à punição. Como exemplo cito, segundo Suffert (2001), o cientista Galileu que foi convocado a comparecer no Tribunal da Inquisição para se retratar em 1633, apenas quatro anos antes, portanto da publicação do *Discurso do Método*. E nessa obra, o filósofo francês deixou claro que adiou a sua publicação em 3 anos. Percebe-se que a “mão da Igreja” estava bem visível, pois causou o adiamento da publicação.

Descartes evidenciou e consolidou aspectos de uma nova mentalidade que estava se engendrando. Conforme Kreimendahl (2003, p. 8):

A consciência da modernidade está, pois, marcada eficazmente pelo pensamento da jovem modernidade. Relacionada com as profundas modificações na política e na economia, parece, portanto justificado conceber o século XVII como o limiar de uma nova época, reconhecendo-lhe autonomia, apesar de suas implicações com as épocas precedentes.

Essa nova época tem muito dos tempos anteriores. Para Gilson (1995, p. 947), “(...) e o próprio ato pelo qual o século XVII imaginava abolir a obra dos séculos precedentes só a continuava”, o que significa que os inovadores do século XVII não foram muito originais, uma vez que foi impossível desprender-se do tempo que os precedia.

De acordo com Koyré (1992, p. 34): “Ora, é esse o método e o remédio cartesiano. O método, ou seja, a via que conduz à verdade. E o remédio que nos

cura da indecisão e da dúvida”. Seu método tem como objetivo principal ser o instrumento propício para o alcance do conhecimento seguro. A eficácia de um discurso persuasivo é mensurada pelo convencimento causado no auditório. Portanto, ter presente para quem se está escrevendo na escolha do gênero textual usado é imprescindível. E se pode ter uma “pista” a partir do idioma em que foi escrito.

O *Discurso do Método* é uma obra escrita na língua vernácula, isto é, no francês, ao contrário da maioria das obras filosóficas escritas na mesma época. Inclusive Russell (2001) salienta que Descartes foi o primeiro filósofo que escreveu no seu idioma nativo em detrimento do latim, conquanto não tenha sido todas as obras. Essa atitude revela que aquele texto cartesiano não estava direcionado ao público erudito, mas aos homens cultos. Tal inferência é feita com base na informação de que os textos dirigidos a especialistas eram escritos em Latim. Um dos muitos exemplos é Leibniz, que seguiu a regra pré-estabelecida, e não escreveu em alemão, mas em Latim. Recorremos novamente a Rodis-Lewis (1996, p. 9): “Foi escrita em francês, para ser acessível aos que desconhecem o latim: em outras palavras, a maioria das mulheres, assim como as pessoas simples, que não estudaram em escolas (...)”.

Possivelmente havia um certo preconceito por parte da academia em relação às pessoas que sentaram menos vezes em bancos de colégios e universidades. Segundo Cottingham (1989, p. 30): “O apelo de Descartes não se destina a uma audiência acadêmica restrita, mas a todas as pessoas vulgares de simples ‘bom senso’”. Um dos autores de sua biografia intelectual confirma: “Em carta a um desses professores, Vatier, ele disse haver procurado escrever de modo a que até as mulheres pudessem compreendê-lo”. (GAUKROGER, 1999, p. 395) Percebe-se que o filósofo escolheu seus leitores, resolveu se dirigir a um público leitor o mais amplo possível, ao que os teóricos da Nova Retórica chamam de auditório universal. E ele tinha presente que os doutos também leriam sua obra, pois inclusive faz alusão a quem une o bom senso ao estudo.

Cottingham (1989, p. 30) ratifica:

Descartes explica numa carta a Mersenne que o seu objetivo no *Discurso* era ‘não ensinar o método, mas falar simplesmente sobre ele’, e que esta era a razão porque ele escolhera o rótulo ‘discurso’ em vez de ‘tratado’. Até

mesmo uma inspeção superficial do trabalho revela que o *Discurso* é um trabalho fortemente individual e que, de fato, se opõe bastante a um tratado acadêmico convencional ou a um manual filosófico.

Mesmo que o objetivo inicial tenha sido alcançar um público não acadêmico, com o tempo ocorrem mudanças, ou seja, seu auditório se modificou. “Ao mesmo tempo, Descartes, sempre para se tornar acessível a um público erudito maior, recebera bem, em 1644, a tradução latina do *Discurso* sobre o método, seguida dos dois primeiros ensaios, feita por Étienne de Courcelles.” (RODIS-LEWIS, 1996, p. 176)

A ampliação de seu auditório está em consonância com uma de suas principais premissas, a saber, que todos têm idêntica capacidade de distinguir o verdadeiro do falso. E além disso, quem segue sua razão natural, está mais propício a fazer essa distinção, uma vez que Descartes fez todo um trabalho para se despir de crenças antigas. E se “toda a terra é fértil”, a “boa semente germinará”, independente do lugar em que for plantada. “E se escrevo em francês, que é a língua do meu país, e não em latim, que é a dos meus preceptores, é porque espero que aqueles que se servem apenas de sua razão natural inteiramente pura julgarão melhor minhas opiniões do que aqueles que não acreditam senão nos livros antigos”. (DESCARTES, 1973, p. 79)

Pode-se vislumbrar, na obra mencionada, três críticas claras. Estas contestações dirigem-se à Escolástica, às Letras<sup>19</sup> e à Lógica.

### 3.3. Os argumentos contra a Escolástica

A Escolástica está situada na fase medieval da História, cuja produção intelectual foi denominada de “bárbara” por muitos autores renascentistas. Essa denominação é um pouco exagerada<sup>20</sup> do nosso ponto de vista, e revela que na Renascença não houve uma avaliação justa da produção cultural desse período. A concepção medieval do saber resulta para a nossa época surpreendente. De alguma forma os medievais acreditavam que tudo o que podia ser sabido já se sabia e que

---

<sup>19</sup> Gramática, História, Poesia, Retórica.

<sup>20</sup> Toda época tem de que se orgulhar e de que se envergonhar, não sendo adequado reputar a um determinado tempo como detentor de todos os males. Por outro lado não é possível esquecer a rica produção artística e cultural da Idade Média.

esse saber se encontrava em duas fontes: a Bíblia e os textos de Aristóteles. Por isso, naquele tempo, o que mais vigorava era o argumento da autoridade. Segundo Rodis-Lewis (1996, 34):

O método de argumentação escolástica, qualquer que seja seu objeto, opõe opiniões a opiniões: enunciam-se as que são positivas, numerando-as, as que são negativas (*sed contra*, 'mas ao contrário') e decide-se em função de uma autoridade que parece se impor, como, freqüentemente, Aristóteles.

Para Cottingham, a escolástica é, na sua essência, a aproximação da filosofia aristotélica e a doutrina da Igreja Cristã.

Foi a necessidade de reconciliar as reivindicações da fé e da razão que produziu as técnicas poderosas de argumentação e de análise que caracterizavam a filosofia escolástica no seu melhor. Dois traços principais da filosofia escolástica, tal como era praticada nas universidades medievais, se devem salientar. O primeiro era o hábito de efetuar debates formais sobre assuntos determinados (*quaestiones disputatae*), assim como debates abertos, no caso de se levantar qualquer outro tópico (*as quaestiones quodlibetales*). (...) O segundo ponto mais importante da escolástica foi o comentário crítico e erudito, onde os textos clássicos mais importantes – em particular os de Aristóteles – foram submetidos ao exame mais exaustivo. (COTTINGHAM, 1989, p. 18)

Cabe salientar que a concepção de que o conhecimento avança só aparece no início da Modernidade. No ano de 1605 foi publicada a obra de Francis Bacon *The advancement of learning*, cujo título indica o aparecimento de uma concepção, segundo a qual o ser humano pouco e quase nada sabe sobre a natureza, e que convida aos homens a progredir no conhecimento desta. Mas até o século XVI havia o pensamento de que, de alguma forma, em termos de saber, a humanidade tinha atingido seu ápice na Antigüidade clássica, e que só restava repetir o que os antigos tinham expressado.

O *Discurso do Método* faz uma contra-proposta à forma de se fazer ciência escolástico:

Muito da filosofia escolástica, comenta, é baseada em técnicas de debate que utilizam 'silogismos prováveis', com isto ele pretende indicar que, apesar de os argumentos utilizados poderem ser válidos no sentido de serem conforme a padrões lógicos aceitáveis, as premissas iniciais de onde esses argumentos provêm têm um estatuto que pouco mais é do que provável. (COTTINGHAM, 1989, p. 43)

E o ponto fulcral é esse: a probabilidade contra a demonstração. Descartes não pode ser julgado com a mentalidade do século XX<sup>21</sup>. Sua teorias e críticas foram

<sup>21</sup> Embora, hodiernamente, essa dicotomia não esteja muito acentuada, o paradigma cartesiano engendrou um novo modo de pensar, a saber, o que é provável não tem validade científica.

contundentes e repercutiram fortemente a ponto dele ser considerado como um divisor de águas, sendo considerado um dos fundadores da ciência e filosofia modernas. O filósofo francês equipara a verossimilhança, portanto a probabilidade, à falsidade. “Por desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida”. (DESCARTES, 1973, p. 54)

Segundo corrobora Perler (2003, p. 91-92):

em lugar das disputas escolásticas, que em geral se ocupavam com a explanação de textos e não conduziam a resultados conclusivos, deveriam entrar investigações conduzidas por rigorosa metodologia e empiricamente fundamentadas. Tais investigações deveriam distinguir-se sempre por clareza e evidência e considerar apenas o que é igualmente evidente e indubitável para todos os homens. Somente se for seguida essa máxima, assim pensava Descartes, poderia ser renovado o conjunto das ciências, libertando-as das máscaras deformadoras das teorias tradicionais.

Segundo Descartes, o que é verdadeiro prescinde de muitas complicações linguísticas, revelando-se de forma natural à mente humana. E esse foi um dos motivos que o levou a romper com a Escolástica, na qual sobressaía uma linguagem complicada e confusa, mas que era “pobre” em termos de conteúdo. (LEOPOLDO E SILVA, 1993, p. 19)

O objetivo do filósofo francês é, conforme Abbagnano (1992, p. 46):

Encontrar o fundamento de um método que deve ser o guia seguro da investigação em todas as ciências só é possível, segundo Descartes, mediante uma crítica radical de todo o saber. É necessário suspender, pelo menos uma vez, o assentimento a todo o conhecimento comumente aceite, duvidar de tudo e considerar provisoriamente como falso tudo o que seja susceptível de ser posto em dúvida.

O *Discurso do Método* tem como mote principal o conhecimento seguro e junto com este vem a crítica à tradição. Leopoldo e Silva (1993, p. 25):

Há duas coisas igualmente notáveis no projeto cartesiano: de um lado, sua ambição e grandiosidade e, de outro, a modéstia que Descartes emprega para formulá-lo. O projeto não é nada menos que a reconstrução do saber, com tudo o que isso implica de crítica e recusa da tradição cultural e dos procedimentos filosóficos da Escolástica.

### 3.4 Os argumentos contra as Letras e a Lógica

Lembra-se que o estudo das Letras compreende a Retórica, toda a literatura da Antiguidade clássica e a Gramática. Vimos que Descartes estudou essas disciplinas, mas elas não corresponderam às suas expectativas:

Mas logo que terminei todo esse curso de estudos [letras] ao cabo do qual se costuma ser recebido na classe dos doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois me achava tão enleado em tantas dúvidas e erros, que me parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância. (DESCARTES, 1973, p. 38)

E acrescenta:

Eis por que, tão logo a idade me permitiu sair da sujeição de meus preceptores, deixei inteiramente o estudo das letras. (...) Pois afigurava-se-me poder encontrar muito mais verdade nos raciocínios que cada qual efetua no respeitante aos negócios que lhe importam, e cujo desfecho, se julgou mal, deve puni-lo logo em seguida, do que naqueles que um homem de letras faz em seu gabinete, sobre especulações que não produzem efeito algum e que não lhe trazem outra conseqüência senão talvez a de lhe proporcionarem tanto mais vaidade quanto mais distanciadas do senso comum, por causa de outro tanto de espírito e artifício que precisou empregar no esforço de torná-las verossímeis. (DESCARTES, 1973, p. 41)

Ele confirma a postura de crítica ao saber exclusivamente teórico. Ainda segundo ele, é mais proveitoso viajar que ficar debruçado sobre os livros. “(...) não deixava de persistir em meu desígnio e de progredir no conhecimento da verdade, mais talvez do que se me limitasse a ler livros ou frequentar homens de letras.” (DESCARTES, 1973, p. 53)

Mais uma passagem em que critica o estudo das letras: “Mas eu acreditava já ter dedicado bastante tempo às línguas, e mesmo também à leitura de livros antigos, às suas histórias e às suas fábulas. Pois quase o mesmo que o conversar com os de outros séculos, é o viajar”.(Idem, p. 39). Aqui é utilizado o argumento da transitividade. Argumento visto no capítulo anterior, tem como característica, que a última proposição da frase anterior, é a primeira da próxima. A leitura de livros se equivale a conversar com pessoas de outros séculos, e a conversa com pessoas de outros séculos é o mesmo que viajar:

Eu comparava os escritos dos antigos pagãos que tratam dos costumes a palácios muito soberbos e magníficos, erigidos apenas sobre a areia e sobre a lama. Erguem muito alto as virtudes e apresentam-na como as mais estimáveis de todas as coisas que existem no mundo; mas não ensinam bastante a conhecê-las, e amiúde o que chamam com um nome tão belo não é senão uma insensibilidade, ou um orgulho, ou um desespero, ou um parricídio. (Ibidem, p. 40)

Ele faz alusão aos estóicos, que se ensoberbecem de alcançar a tranquilidade da alma tendo como alto preço a insensibilidade humana.

Percebe-se, no próprio discurso um julgamento sobre a Retórica:

Eu apreciava muito a eloquência e estava enamorado da poesia; mas pensava que uma e outra eram dons do espírito, mais do que frutos do estudo. Aqueles cujo o raciocínio é mais vigoroso e que melhor digerem seus pensamentos, a fim de torná-los claros e inteligíveis, podem sempre persuadir melhor os outros daquilo que propõem, ainda que falem apenas baixo bretão, e jamais tenham aprendido retórica. (DESCARTES, 1973, p.39)

Como vimos em 'Aspectos Biográficos', Descartes teve contato com a Retórica quando estudou com os jesuítas. A pedagogia desses, a qual poderíamos chamar de sua *Paideia*, resultava de uma síntese das tradições medievais e renascentistas. Por um lado, eles aceitaram todo o legado doutrinário da Escolástica, principalmente a síntese tomista entre o aristotelismo e o cristianismo. Mas, por outro, eles incorporaram o humanismo renascentista. Os jesuítas assumiram um papel preponderante na educação das elites dos países católicos, acolhendo em seus colégios as classes dirigentes das principais potências católicas. Eles normatizaram o ensino dado nos seus colégios através de um curriculum muito detalhado que recebeu o nome de *Ratio studiorum*, que tinha ainda como referência o *Trivium* e o *Quadrivium*. O grau elementar era o *studia inferiora*, no qual se estudava, durante 3 anos, gramática, humanidades, retórica e nos outros 3 anos eram oferecidas as disciplinas de lógica, introdução às ciências, cosmologia, psicologia, física, metafísica e filosofia moral. Mais avançado, o *studia superiora*, com duração de 4 anos, era composto de teologia e ciências sagradas, pois visava a formação de sacerdotes. De acordo com Maria Lúcia Aranha (1996, p. 93-94) nos cursos de filosofia e ciências, os jesuítas tinham como base os textos de Aristóteles e Tomás de Aquino: "Mantêm-se indiferentes a toda controvérsia do pensamento filosófico moderno, ignoram e condenam até Descartes, um de seus ilustres ex-alunos". Na *Ratio studiorum*, a Retórica tinha um papel destacado. Assim que podemos supor que na sua formação escolar Descartes estudou aquela disciplina. O ensino da Retórica não era apenas teórico, mas principalmente prático. Nas aulas os alunos tinham que ler discursos redigidos por eles segundo o modelo ciceroniano. Santo



Agostinho, ele mesmo mestre de Retórica, já tinha cristianizado esse saber, e mostrou para a Igreja Católica, o grande valor dessa disciplina para a pregação religiosa.

A relação de Descartes com a Retórica foi paradoxal, pois não pôde prescindir dela para convidar o leitor a um tipo de saber, no qual ela não tenha mais qualquer valor. Segundo Molina (2005, p. 213):

No *Discurso do Método* e nas *Meditações Metafísicas* encontraremos um discurso que faz uso freqüente de técnicas já amplamente usadas na Antigüidade clássica, cuja função, no caso de Descartes, é a de levar-nos a um âmbito discursivo onde elas já não teriam mais uso.

Ele rejeita a Retórica pela sua precariedade enquanto conhecimento objetivo. Descartes demonstra-se fascinado pela matemática, ciência de saber universal e objetivo, com bases bem fundamentadas. A equação  $2 \times 2$  sempre terá resultado 4 e esse resultado é incontestável. Ele pretende utilizar os conhecimentos matemáticos como base para outros campos de saber. De acordo com Molina (2004, p. 29), “na verdade, podemos dizer que a matemática seria a única atividade intelectual que realizaria o ideal cartesiano de ciência definida como conhecimento certo e evidente”<sup>22</sup>. No entanto, Descartes também tece críticas à lógica: “Mas, examinadas, notei que, quanto à lógica, os seus silogismos e a maior parte de seus outros preceitos servem mais para explicar a outrem as coisas que já se sabem, ou mesmo, como a arte de Lulio, para falar, sem julgamento, daquelas que se ignoram, do que para aprendê-las”. (DESCARTES, 1973, p. 45) Segundo ele, a lógica, como disciplina analítica, não produz conhecimentos novos. Para Molina (Idem, p. 27-28) “Descartes dirigia à Lógica a crítica de que não serve para a aquisição de novos conhecimentos. Esta crítica dirigida à silogística aristotélica era um lugar-comum dos filósofos e cientistas da Idade Moderna, com a exceção de Leibniz”<sup>23</sup>. E acrescenta (Ibidem, p. 42): “Devemos advertir que Descartes não se interessa pela Álgebra em si mesma, mas na medida em que permite resolver problemas de Geometria, e se interessa pela Geometria na medida em que permite resolver problemas de Física”<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> En verdad, podemos decir que la Matemática sería la única actividad intelectual que realizaria el ideal cartesiano de ciencia definida como conocimiento cierto y evidente.

<sup>23</sup> Descartes dirigia a la Lógica el reproche de que no sirve para la adquisición de nuevos conocimientos. Este reproche dirigido a la silogística aristotélica era un lugar común de los filósofos y científicos de la Edad Moderna, con la excepción de Leibniz.

<sup>24</sup> Debemos advertir que Descartes no se interesa por el Álgebra em sí misma sino en tanto permite resolver problemas de Geometria, y se interesa por la Geometría en tanto que permite resolver

Para alcançar a sua finalidade ele escreve a obra, que está dividida em seis partes:

E na primeira encontrar-se-ão diversas considerações atinentes às ciências. Na segunda, as principais regras do método que o autor buscou. Na terceira, algumas das regras da Moral que tirou desse método. Na quarta, as razões pelas quais prova a existência de Deus e da alma humana, que são os fundamentos de sua metafísica. Na quinta, a ordem das questões de física que investigou, particularmente, a explicação do movimento do coração e de algumas outras dificuldades que concernem à medicina, e depois também a diferença que há entre a nossa alma e a dos animais. E, na última, que coisas crê necessárias para ir mais adiante do que foi na pesquisa da natureza, e que razões o levaram a escrever. (DESCARTES, 1973, p. 35)

Na próxima seção será analisado o gênero textual do discurso.

### 3.5. O Gênero Textual do Discurso

Ao escrever determinado texto o autor deve se preocupar com o tipo e o gênero textual que darão suporte a suas idéias. Vamos expor as diferenças entre o tipo e o gênero.

Marcuschi (2002, p. 32) afirma que os gêneros textuais se definem pelos aspectos sócio-comunicativos e funcionais, pois a forma, embora importante, não é determinante.

É esta possibilidade de operação e maleabilidade que dá aos gêneros enorme capacidade de adaptação e ausência de rigidez e se acha perfeitamente de acordo, que considera o gênero como 'ação social', lembrando que uma definição retoricamente correta de gênero 'não deve centrar-se na substância nem na forma do discurso, mas na ação em que ele aparece para realizar-se'. Este aspecto vai ser central na designação de muitos gêneros que são definidos basicamente por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não por suas formas.

Esse autor estabelece diferenças entre os gêneros e os tipos. Segundo ele (Idem, p. 29) o texto argumentativo é um tipo textual e se caracterizam "pelo predomínio de seqüências contrastivas explícitas". Sobre os gêneros textuais ele afirma: "Os gêneros não são entidades naturais como as borboletas, as pedras, os rios, as estrelas, mas são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. Não podemos defini-los mediante certas propriedades que lhe devam ser necessárias e suficientes." (Ibidem, p. 31)

Consentindo com Marcuschi, o *Discurso do Método* é um tipo argumentativo, e o gênero como é percebido pela função, intenção e propósito, pensamos que é filosófico. Passamos agora, para algumas características desse discurso.

Molina (2006) esboça particularidades inerentes aos textos filosóficos. Primeiramente ressalta que classificar determinado discurso como texto filosófico não é uma tarefa fácil, pois existem inúmeras variedades, e não é possível precisar os limites. Em semelhante situação encontra-se quem tentar conceituar o texto literário. Entretanto, pode-se dar algumas “pistas”. Segundo Molina (Idem, p. 39): “Uma forma de responder consistirá em apelar a Wittgenstein, dizendo que todas aquelas produções textuais que nós classificamos como textos filosóficos têm um ar de família comum”. E acrescenta (Ibidem): “Uma outra possível forma de responder a nossa pergunta sobre a especificidade do texto filosófico é afirmar que são aqueles que discutem tópicos que já têm sido objeto de debate no seio de uma tradição chamada de tradição filosófica”. Com o objetivo de especificar mais esse tipo de texto, ele define (Idem, p. 42): “Pensamos que a maioria dos discursos filosóficos ou têm um caráter autofundante ou têm um caráter crítico”. Assim, explana Molina (Idem, p. 43), “a reflexão sobre os princípios da filosofia acaba sendo parte da filosofia”.

Mas texto filosófico ainda é uma categoria ampla, uma vez que os filósofos variam no tipo de gênero textual de que lançam mão para transmitir suas idéias. Alguns usam o gênero epistolar, outros, como Wittgenstein e Nietzsche escrevem em aforismos, os diálogos, como os de Platão, também são prolíficos. Descartes é um autor versátil, na medida em que seus escritos podem ser classificados numa grande variedade de gêneros. E um deles é o tipo *Meditações*, que tem características próprias. Amélie Rorty (1986) classifica o tipo *Meditações* em duas classes, a saber: a ascendente e a penitente. A primeira é a que leva o leitor gradualmente, através de reflexões a encontrar o caminho da verdade, pois está confuso, é o caminho da escuridão para luz.

O tipo penitente, por sua vez, de meditação revela uma relação diferenciada com o leitor. Segundo Rorty (1986), o leitor não está apenas confuso, mas derrotado, não está equivocado, mas perverso e isso requer que seja desencadeado no leitor alguns sentimentos que faça com que ele se veja na condição de

fracassado, tais como, desespero, angústia e arrependimento. Um exemplo emblemático é o livro *Confissões*, de Santo Agostinho, que está dividido em duas partes. A primeira narra seus pecados e perversidades, por outro lado, a segunda parte narra sua conversão. No entanto, cabe ressaltar que as perversidades são narradas com a mente de arrependido, e isso o leva a dar um peso demasiado aos pecados, pois chega a censurar-se fortemente por ter, na infância, roubado algumas peras em Cartago. Descartes também se aproxima desse modo, que tem como característica destacar o lado pessoal das falsas crenças pela série de exercícios que revela o fortalecimento da vontade. (RORTY, 1986)

Ele mescla esses dois modos, com um terceiro tipo, o analítico. “Apesar de Descartes suspeitar que muito poucos serão capazes de ler as *Meditações* com o cuidado que isso requer, a confluência do modo ascendente, penitente e analítico das meditações equalizam a liberdade individual das mentes, da mistificação e do poder mundano<sup>25</sup>”. (RORTY, 1986, p. 9) Aqui a autora analisa as *Meditações*, outra obra de Descartes, que difere do *Discurso do Método*, pelo seu estilo formal.

### 3.6. O Estilo e as Figuras

O estilo de um texto pode ser comparado às roupas que as pessoas usam, que não sendo a essência da pessoa revelam, porém, muito de sua personalidade. E a indumentária é usada de acordo com o ambiente frequentado pela pessoa. Será inadequado e risível ir a uma audiência perante o juiz com roupas que se vai à praia. Aliás, Todorov (1996, p. 80) já faz essa analogia: “Servir-se de metáforas é recobrir o corpo; compreendê-las é revelá-lo”. Aristóteles (1994, p. 492) na Retórica também já fizera essa comparação:

Há, pois, que examinar melhor, que, assim como um vestido púrpura fica bem a um jovem, se ele o poderá ser a um velho (pois o mesmo vestido não é por pressuposto adequado para ambos). Se o que se pretende é fazer algo mais belo, a metáfora haverá de revelar o que há de melhor nesse mesmo gênero; e se é censurar, do que há de pior<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Despite Descartes' suspicion that very few will be able to read the *Meditations* with the care it requires, the confluence of the ascensional, the penitential, and the analytic modes of meditation promises equality of minds and the freedom of individual minds from mystification, established authority, and worldly power.

<sup>26</sup> Hay, pues, que examinar, más bien, que, así como un vestido púrpura es ajustado a un joven, que lo podrá ser a un viejo (pues el mismo vestido no es desde luego adecuado para ambos). Si lo

Tendo escolhido o gênero discursivo, alguns são adeptos de um estilo mais austero, usando poucas figuras de linguagem, outros o fazem em profusão.

Podemos “ver” o discurso em dois planos sobrepostos, cada um dos quais propicia funcionalidade ao outro. Os antigos mestres de Retórica distinguem entre dois estilos: o ático e o asiático. O estilo ático era singelo, direto, pouco ornado. O estilo asiático usava e abusava das figuras retóricas. Este último era um estilo ornado, barroco, usado por aqueles cuja língua materna não era o grego, mas queriam mostrar sua proficiência ao escrever nessa língua. Aqueles que escreviam no primeiro estilo, consideravam a Retórica na forma que foi concebida por Aristóteles: a arte de persuadir através do discurso. Os que estavam mais inclinados pelo estilo asiático, pensavam que a Retórica era a arte de ornar o discurso. Poder-se-ia afirmar que as correntes do aticismo e do asianismo estão sempre presentes e permitem que o escritor faça sua escolha por uma delas. Mesmo que isso pareça estranho e incompatível, ou o orador/escritor será adepto ao estilo em que o *ornare* é intenso, ou será adepto ao estilo mais enxuto, em que teleologicamente a persuasão se sobressai. Do estilo do *Discurso do Método* podemos dizer que ele não é austero, pois Descartes usa muitas figuras, sem descuidar do seu objetivo principal que é o de persuadir o leitor das vantagens do seu método como meio para descobrir a verdade.

São perceptíveis três grandes metáforas que sustentam todo aquele texto cartesiano: primeiro o “caminho” significando o método para chegar à verdade, a “casa” como expressão da segurança, o “solo” como fundamento do conhecimento, como alicerce. Essas metáforas servem como apoio para provar que a razão e o bom senso são as coisas das quais não se pode prescindir para chegar ao conhecimento demonstrativo. A coesão do texto cartesiano está assegurada pelo hábito que tem o autor de sempre retomar o que já disse, de modo que sua obra forme uma “teia” coesa. Mas por outro lado, Descartes tem também o hábito de antecipar suas ideias, deixando-as suspensas e voltando às mesmas para argumentar em favor delas. Entendemos que a coesão é importante num texto argumentativo, pois serve como orientação ao leitor e também como estratégia, pois

---

que se pretende es hacer más hermoso algo, la metáfora habrá de sacarse de lo que hay mejor dentro del mismo género; y se es censurar, de lo que hay peor.

as teorias defendidas são sempre retomadas, com o objetivo de dirimir, paulatinamente, as resistências do leitor à inovação, que é proposta.

Como exemplo, citamos algumas passagens em que isso ocorre. “Mas, não propondo este escrito senão como uma história, ou, se o preferirdes, como uma fábula, na qual, entre alguns exemplos que se podem imitar, se encontrarão talvez muitos outros que se terá razão de não seguir” (DESCARTES, 1973, p. 38) Essa afirmação é retomada seis páginas depois. “De modo que, se, tendo minha obra me agradado bastante, eu vos mostro aqui o seu modelo, nem por isso quero aconselhar alguém a imitá-lo”. (Idem, p. 44)

No início do discurso ele afirma que “os que andam muito lentamente podem avançar muito mais, se seguirem o caminho reto, do que aqueles que correm e dele se distanciam”. (Ibidem, p. 37). Como se percebe, essa assertiva é geral e não se refere a um caso específico. É uma afirmativa universal. No entanto, na segunda parte, ele a faz atribuindo a si mesmo essa realidade. “Mas, como um homem que caminha só e nas trevas, resolvi ir tão lentamente, e usar de tanta circunspeção em todas as coisas, que, mesmo se avançasse muito pouco, evitaria pelo menos cair”. (Ibidem, p. 44) Mais uma vez Descartes, demonstra a coesão textual através da repetição. “Eu sentira tão extremo contentamento, desde quando começara a servir-me deste método, que não acreditava que, nesta vida, se pudessem receber outros mais doces, nem mais inocentes”. (Ibidem, p. 51)

Ele retoma o raciocínio com as mesmas palavras: “E assim, sem viver, aparentemente, de forma diferente daqueles que, não tendo outro emprego senão passar uma vida doce e inocente”. (DESCARTES, 1973, p. 53) Isto é, servindo-se do método.

Meyer ao expor sobre a função das figuras, dos tropos diz:

Porém, em muitos casos o objectivo é outro, tratando-se de ornamentar e suavizar o nosso pensamento através de um discurso mais aceitável, mais convincente ou mais agradável. O tropo cria sentido e visa produzir um efeito de choque no auditório, que assim vê as coisas de um modo diferente. (MEYER, 1993. p. 105 – 106)

Ainda com respeito às figuras, ressalta-se que o sentido transposto exige a existência de um sentido literal, sendo que no caso contrário, não há figura.

Uma vez que a resposta encarnada pelo tropo diz respeito à ficção, a sua credibilidade nunca é completa. O locutor sabe-o, e sabe que aquilo que é apresentado como resposta será questão para o interlocutor, que terá de se interrogar sobre os elos que faltam e substituir a literalidade que condensou aquilo que não podia ser condensado. Não se trata de contestar mas de reconstruir: a primeira resposta reliteraliza de maneira aceitável, e a atenção será então desviada do plano da verdade para o da boa escolha, da estética, da figura. A figura reenvia para uma literalidade original que mascara em si, é o desafio que o tropo lança ao destinatário: levá-lo a encontrar aquilo que o estético confiscou à verdade. O que é resposta para o locutor torna-se questão para o auditório; mas é uma questão que não põe em causa a resposta, inquietando-se antes com aquilo que está realmente em questão. Em todo caso, o tropo economiza as relações que os lugares-comuns possibilitam ao auditório traduzir muitas vezes quase de imediato. Por esta razão, o tropo evita verificar ou justificar, exprimindo um condensado que o auditório procura decifrar. (Idem, p. 112 – 113)

Então a figura chama o auditório para exercer seu papel na decodificação do discurso. Essa atitude equivale aos pontos de indeterminação presentes no texto literário, em que o leitor concretiza o sentido do texto.

A função argumentativa dos tropos – as cortesãs do Rei Sol, e muitos outros antes e depois dele, sabiam-no bem – é atenuar a colocação em questão, silenciá-la, não para convencer mas antes de mais para não ter de debater ou, se se preferir, para ‘dizer que não dizemos nada contra’. O tropo suscita uma questão sem colocar em questão, uma vez que a responsabilidade de o saber entender incumbe ao outro. A figura é-lhe apresentada como solução, mesmo se a verdadeira resposta deve ser encontrada por ele. (Ibidem, p. 126)

Ou seja, a figura chama o leitor/ouvinte a se aproximar do discurso e desvendar qual é a idéia que está presente na expressão figurada. É esse “trabalho” que está sendo feito nessa parte da dissertação. Sobre as figuras, Reboul (2004, p. 66) opina: “A figura eficaz pode ser definida como algo que se desvia da expressão banal, mas precisamente por ser mais rica, mais expressiva, mais eloqüente, mais adaptada, numa palavra, mais *justa* que tudo que a poderia substituir.”

E como Descartes dirige-se, essencialmente a um público não erudito, como vimos anteriormente, ele utilizou muitas figuras de linguagem.

Quanto a mim, jamais presumi que meu espírito fosse em nada mais perfeito do que os do comum; amiúde desejei mesmo ter o pensamento tão rápido, ou a imaginação tão nítida e distinta, ou a memória tão ampla ou tão presente, quanto alguns outros. (DESCARTES, 1973, p. 37)

Nesse caso, está fazendo uso do cleuasmo, figura de pensamento, que consiste em autodepreciar-se com o objetivo de conquistar a benevolência do

auditório. Descartes a utiliza no início de sua obra, o que confirma esse intento. Na sequência, ele permanece fazendo uso dessa figura. “Todavia, pode acontecer que me engane, e talvez não passe de um pouco de cobre e vidro o que tomo por ouro e diamantes”. (Idem, p. 38)

Percebemos também a utilização de diversas metáforas. “E, resolvendo-me a não mais procurar outra ciência, além daquela que se poderia achar em mim próprio, ou então no grande livro do mundo, empreguei o resto da minha mocidade em viajar”. (Ibidem, p. 41). Ao referir-se à vida, ele usou uma metáfora denominando-a como o *grande livro do mundo*.

O filósofo francês redige o seu *Discurso do Método* em primeira pessoa, mas com o objetivo de se referir ao ser humano racional:

Porque se no *Discurso*, essas *Confissões* cartesianas, Descartes nos conta a história da sua vida espiritual, a história da sua conversão ao espírito, não o faz para no-la dar a conhecer no que ela tem de individual, de pessoal, de singular. Conta-no-la, pelo contrário, para nos fazer reflectir seriamente, para nos fazer ver nessa história individual, pessoal, o resumo, a expressão da situação *essencial* do homem do *seu tempo*. (KOYRÉ, 1992, p. 18)

A citação acima contém uma figura que recebe o nome de apóstrofe, pois o autor está se dirigindo a alguém sem que esse alguém seja o auditório real.

Ao propor a inovação, ele afirma que não é tarefa fácil fazê-la, pois depois de consolidada uma prática, é mais complicado modificá-la:

Da mesma forma que os grandes caminhos, que volteiam entre montanhas, se tornam pouco a pouco tão batidos e tão cômodos, à força de serem freqüentados, que é bem melhor segui-los do que tentar ir mais reto, escalando por cima dos rochedos e descendo até o fundo dos precipícios. (DESCARTES, 1973, p. 43)

Eis a metáfora em que o “caminho” é comparado ao ato de conhecer. O termo “precipício” é usado de uma forma depreciativa. “Assim, no *Discurso do Método*, as imagens da marcha obstinada, ainda que enraizadas numa espessura biográfica ou histórica, são propriamente filosóficas e providas de uma função integradora”. (COSSUTA, 2001, p. 123) Esse autor aponta a ligação dessa metáfora com o preceito da terceira regra do método que sugere *conduzir por ordem os pensamentos*. A imagem da “casa” está em ligação com a segurança, portanto ao conhecimento seguro e à prova de fatores externos.



Neste caso está presente a metáfora do solo instável, que é o conhecimento provável de um lado e os fundamentos firmes, de outro, equivalente ao conhecimento demonstrativo. “eu comparava os escritos dos antigos pagãos que tratam dos costumes a palácios muito soberbos e magníficos, erigidos apenas sobre a areia e sobre a lama” (DESCARTES, 1973, p. 40) O contraponto está na frase abaixo citada: “E, todavia, a fim de que possa julgar se os fundamentos que escolhi são bastante firmes, vejo-me, de alguma forma, compelido a falar-vos delas [meditações]” (Idem, p. 54) Percebe-se uma antítese, em que areia e lama estão em oposição a fundamentos firmes.

Uma figura muito semelhante ao argumento da identidade é utilizada no discurso cartesiano: “Se entre as ocupações dos homens, puramente homens, há alguma que seja solidamente boa e importante”. Nessa frase percebe-se o uso do que Perelman denomina como silepse retórica, que consiste na repetição de palavras, mas com idéias diferentes. Nesse caso, são os homens com o uso pleno da razão, sem iluminação divina, que são capazes de conhecer sem o auxílio divino.

Na terceira parte são expostas as quatro máximas da moral provisória. Na segunda, ele usa a metáfora de um viajante numa floresta, que ao estar perdido deve caminhar o mais reto possível, o que produzirá melhor resultado que ficar parado ou deslocar-se em círculos. A analogia com a casa é utilizada reiteradas vezes.

E enfim, como não basta, antes de começar a reconstruir a casa onde se mora, derrubá-la, ou prover-se de materiais e arquitetos, ou adestrar-se a si mesmo na arquitetura, nem, além disso, ter traçado cuidadosamente o seu projeto; mas cumpre também ter-se provido de outra qualquer onde a gente possa alojar-se comodamente durante o tempo em que nela se trabalha. (Idem, p. 49)

Nessa mesma unidade é repetida a analogia com a casa e a construção. Ele afirma que não basta destruir a casa onde se mora, mas que é conveniente, enquanto se está em obras, de outra para servir de abrigo. A “casa em obras” é a tradição criticada, enquanto que o abrigo momentâneo, é a moral provisória.

O autor do *Discurso do Método* utiliza, no final da última parte, uma figura denominada como preterição, que consiste em dizer que não se falará de determinado assunto, mas que, na verdade, já está sendo tratado: “Além disso, não quero falar aqui, em particular, dos progressos que no futuro espero fazer nas

ciências”. (Idem, p. 79) Ao se expressar assim ele está declarando que pretende fazer progressos nas ciências.

No próximo capítulo será trabalhada a argumentação cartesiana e assim chega-se ao cerne do trabalho, no qual o texto cartesiano é analisado mais profundamente.

#### 4 A PERSUASÃO NO DISCURSO DO MÉTODO: LOGOS, ETHOS E PATHOS

“Nada há que esteja inteiramente em nosso poder, exceto os nossos pensamentos”. (René Descartes, *Discurso do Método*)

Ao dirigir-se a um determinado auditório o orador/escritor estabelece, evidentemente um vínculo com seus ouvintes/leitores. Da forma como ocorre esse vínculo também dependerá o êxito da argumentação. E como a “arte” de discursar e persuadir é milenar, a atualidade possui uma bagagem densa de estratégias de persuasão que vêm da Antiguidade. É bem verdade que houve muitas mudanças sociais e culturais desde a Antigüidade clássica até os dias de hoje. Entretanto a vigência de muitos dos procedimentos da Retórica antiga permanecem inalterados. Entre esses procedimentos vigentes hodiernamente está que a persuasão pode ser conseguida ou pela lógica do que se diz (*logos*), ou pela forma como se apresenta o orador/escritor no discurso (*ethos*) ou pelas emoções que ele provoca nos seus ouvintes/leitores (*pathos*). Apresentamos agora, uma explicitação mais completa destas três dimensões da persuasão.

O *ethos* está relacionado ao caráter da pessoa que fala/escreve e que se apresenta a si mesma no seu próprio discurso. De acordo com Reboul (2004, p.48): “O *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança”. Desse radical é derivada a palavra ética, ou seja, o orador deve ter credibilidade para dizer o que diz. Porém, faz-se a ressalva que o conceito de credibilidade é bastante subjetivo e vago, de modo que poderá haver divergências quanto à análise do *ethos* de determinado orador/escritor. A dimensão persuasiva do *logos* está presente em todo discurso argumentativo e consiste no encadeamento das razões que se apresentam no discurso e no peso que cada uma daquelas têm. O *logos* tem seu trunfo na razão, denominado por Reboul (2004) como o aspecto dialético da retórica. Nessa categoria, a subjetividade é menor, pois essa dimensão apresenta aspectos menos vagos. Faz-se uso da categoria *pathos* quando se apela

à emoção do receptor. Segundo Reboul (Idem p. 48): “O *pathos* é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”. A subjetividade é novamente mais intensa, pois a emoção é despertada de formas diferentes nas pessoas.

Em síntese, o *ethos* relaciona-se ao orador, o *pathos*, ao auditório e o *logos*, ao discurso. Meyer (2004, p. 10) ratifica:

De tudo o que acaba de ser dito decorre que o *ethos*, o *pathos* e o *logos* devem ser colocados em pé de igualdade, se não se quer voltar a uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica. O orador, o auditório, e a linguagem são tão essenciais uns que os outros<sup>27</sup>.

Um “bom” orador mescla habilmente esses três componentes no discurso. Analisaremos, na seqüência, de que forma Descartes amalgamou essas três dimensões da persuasão na obra aqui estudada.

#### 4.1 O *Ethos*

Como o *Discurso do Método* é uma obra que contém muitos trechos autobiográficos, a referência do autor a si mesmo é constante. Um dos indícios evidentes disso é o fato de estar escrita em primeira pessoa. Descartes se apresenta ao interlocutor e busca credibilidade para expor suas idéias. Cossuta (2001) explicita a função e repercussão que ocorre no leitor ao ler o texto cartesiano. Segundo ele, não é simplesmente uma possível identificação do autor com o leitor, ou seja:

Esse domínio [referencial associado à primeira pessoa] está constituído aqui [no texto de Descartes] de traços biográficos ou situacionais cartesianos apenas porque essas particularidades dão uma consistência à consciência meditante, que pretende ser toda consciência. De seu lado, o leitor dará um peso de vivido à vida, e assim o ‘eu’, ao mesmo tempo ator e conteúdo da análise, torna-se universal em sua própria particularidade. (COSSUTA, 2001, p. 19-20)

O uso da primeira pessoa se configura como a complementaridade entre a vida do autor e os conteúdos expostos. Dado o afã de Descartes por ser original, poder-

<sup>27</sup> Il découle de tout ce qui vient d’être dit que l’*ethos*, le *pathos* et le *logos* sont à mettre sur pied d’égalité, si l’on ne veut pas retomber dans une conception qui exclue les dimensions constitutives de la relation rhétorique. L’orateur, l’auditoire et le langage sont aussi essentiels les uns que les autres.

se-ia afirmar que o uso do argumento de autoridade não tem lugar na construção da teia argumentativa do *Discurso do Método*. No entanto, após uma leitura percuciente, verificamos que Descartes usa o argumento de autoridade, ao conduzir as reflexões, de modo a constituir-se ele mesmo como sendo uma autoridade.<sup>28</sup> Reiteradas vezes ele se refere a tudo aquilo que estudou com o objetivo de deixar claro que não está discorrendo sobre o que não conhece. O filósofo francês inicia, de forma sutil, sua apresentação ao leitor.

Quanto a mim, jamais presumi que meu espírito fosse em nada mais perfeito do que os do comum; amiúde desejei mesmo ter o pensamento tão rápido, ou a imaginação tão nítida e distinta, ou a memória tão ampla ou tão presente, quanto alguns outros. E não sei de quaisquer outras qualidades, exceto as que servem à perfeição do espírito; pois quanto à razão ou ao senso, posto que é a única coisa que nos torna homens e nos distingue dos animais. (DESCARTES, 1973, p. 37)

Nesse parágrafo, ele usa o recurso retórico denominado *captatio benevolentiae*, apresentando-se de forma humilde, a exemplo de Cícero (como foi mostrado no texto citado no capítulo primeiro). Este recurso tem a finalidade de conseguir a “boa vontade” do leitor. A arrogância e o autoelogio exacerbado não são bem aceitos pelo público, mesmo que o orador seja um notável intelectual e estudioso. Afinal quem o julgará merecedor de elogios será quem o ouve. Portanto, a pessoa que se apresenta como detentor de glórias e de méritos que não tem, em geral, não consegue boa receptividade do público e, em conseqüência, todo seu discurso terá uma avaliação distorcida por parte de seus ouvintes. Ao transparecer a arrogância, o público se sente “traído”, no sentido de que o orador está exercendo uma função própria do auditório, que é julgá-lo, mas se ele chegar já exercendo essa função, ele perderá antecipadamente a benevolência de seus ouvintes.

Descartes teve esses cuidados, apresentando-se assim como alguém despretensioso:

Assim, o meu designio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha.(...) Mas não propondo este escrito senão como uma história, ou, se preferirdes, como uma fábula, na qual, entre alguns exemplos que se podem imitar, se encontrarão talvez também muitos outros que se terá razão de não seguir, espero que ele será útil a alguns, sem ser nocivo a ninguém, e que todos me serão gratos por minha franqueza. (DESCARTES, 1973, p. 38)

<sup>28</sup> Esse conceito está sendo ampliado aqui, pois o argumento da autoridade, como era visto pelos escolásticos e como Perelman o conceitua, deve-se recorrer a outrem, o que não é feito por Descartes.

Coloca-se como uma pessoa franca, isto é, como alguém que não tem a intenção de enganar, de ludibriar com falácias. No início do seu texto, a estratégia de captar a benevolência de seus leitores é usada muitas vezes. “Pois já colhi de tais frutos que, embora no juízo que faço de mim próprio eu procure pender mais para o lado da desconfiança do que para o da presunção”. (DESCARTES, 1973, p. 37).

Descartes adota também uma postura de quem não busca o sucesso acima de tudo:

E nem a honra, nem o ganho que elas [as ciências] prometem, eram suficientes para me incitar a aprendê-las; pois não me sentia, de modo algum, graças a Deus, numa condição que me obrigasse a converter a ciência num mister, para o alívio de minha fortuna; e conquanto não fizesse profissão de desprezar a glória como um cínico, fazia, entretanto, muito pouca questão daquela que eu só podia esperar adquirir com falsos títulos. (Ibidem, p. 40)

Ele revela que seu método “nasce” de um anseio pessoal: “E eu sempre tive um imenso desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro nas minhas ações e caminhar com segurança nesta vida”. (Ibidem, p. 41)

Na primeira parte do *Discurso do Método* predomina a persuasão pelo *ethos*. Descartes se apresenta como uma pessoa e como um intelectual, expondo eventuais fragilidades, e justifica o porquê da busca de um método seguro para conhecer. Como o método tem como pressuposto o papel central da razão, enquanto constitutivo determinante do ser humano cognitivo, na sua autoapresentação ele insere essa primazia: “E não sei de quaisquer outras qualidades, exceto as que servem à perfeição do espírito; pois, quanto à razão ou ao senso, posto que é a única coisa que nos torna homens e nos distingue dos animais, quero crer que existe inteiramente em cada um”. (Ibidem, p. 37).

E continua fazendo uma digressão sobre sua vida dizendo que seu método, para chegar à verdade, é fruto de reflexões feitas desde a juventude:

Mas não temerei dizer que penso ter tido muita felicidade de me haver encontrado, desde a juventude em certos caminhos, que me conduziram a considerações e máximas, de que formei um método, pelo qual me parece que eu tenha meio de aumentar gradualmente meu conhecimento, e de alçá-lo, pouco a pouco, ao mais alto ponto, a que a mediocridade de meu espírito e a curta duração de minha vida lhe permitam atingir. (Ibidem, p. 37)

E ele volta a titubear. Lembramos que essa suposta indecisão é uma estratégia argumentativa. “Todavia, pode acontecer que me engane, e talvez não passe de um pouco de cobre e vidro o que eu tomo por ouro e diamantes. Sei como estamos sujeitos a nos equivocarmos no que nos tange”. (Ibidem, p. 38) Essa passagem pode ser entendida de duas formas: como ratificação da captação da benevolência e também como o germe da sua tese principal que será desenvolvida na quarta parte, em que ele revela que a dúvida levou a primeira descoberta de seu método, qual seja:

Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava. (Ibidem, p. 54)

É uma característica notável a sobreposição das três dimensões persuasivas que distinguimos no início deste capítulo. Descartes busca se tornar acessível ao seu auditório.

Mas estimaria muito mostrar, neste discurso, quais os caminhos que segui, e representar nele a minha vida como num quadro, para que cada qual possa julgá-la e que, informado pelo comentário geral das opiniões emitidas a respeito dela, seja este um novo meio de me instruir, que juntarei àqueles de que costume me utilizar. (Ibidem, p. 38)

Ao fazer uso da imagem do quadro, comparando-o à vida, o tom autobiográfico é colocado em relevo, e a benignidade decorre do fato dele se expor a julgamentos, que o farão aprender mais. No entanto, no final do seu discurso, sua humildade já não é tão perceptível.

Mas raramente aconteceu que alguém me objetasse algo que, de modo algum, eu não houvesse previsto, a não ser que fosse coisa muito distanciada de meu assunto; de sorte que quase nunca me deparei com algum censor de minhas opiniões que não me parecesse ou menos rigoroso ou menos equitativo que eu próprio. (Ibidem, p. 75)

Algumas passagens em que a humildade está presente são mantidas no final do discurso, mas intercaladas com outras em que o semblante da vaidade é mais intenso: “E penso poder afirmar, sem vaidade, que, se há alguém que seja capaz disso [aplicar seu método na prática], hei de ser eu mais do que outro qualquer”. (Ibidem, p. 75) A passagem abaixo citada confirma que a modéstia se ausenta no fim do discurso: “Mas, embora reconheça que sou extremamente sujeito a falhar, e

que não me fio quase nunca nos primeiros pensamentos que me ocorrem, todavia a experiência que tenho das objeções que me podem ser feitas impede-me de esperar delas qualquer proveito”. (Ibidem, p. 75)

Mais um caso nítido de sobreposição do *ethos* com o *logos*: “Aprendi a não crer demasiado firmemente em nada do que me fora inculcado só pelo exemplo e pelo costume; e, assim, pouco a pouco, librei-me de muitos erros que podem ofuscar a nossa luz natural e nos tornar menos capazes de ouvir a razão.” (Ibidem, p. 41)

Ressaltamos que o “pai da filosofia moderna” relata sua vida, mas sempre voltado à confirmação de sua tese, de seu método. E ele fez recortes precisos de sua biografia para que haja convergência e harmonia com o método científico proposto. Consoante Gaukroger (1999, p. 145): “Ora, o *Discours* não é especialmente fidedigno com a descrição de pormenores exatos do desenvolvimento de Descartes. Em sua narração, há elementos que combinam interesses metafísicos posteriores e interesses metodológicos mais precoces”.

Descartes revela particularidades de sua vida, tais como a sua idade. “Não devia empreender sua realização antes de atingir uma idade bem mais madura do que a dos vinte e três anos que eu então contava e antes de ter despendido muito tempo em preparar-me para isso”. (DESCARTES, 1973, p. 49)

Ele cita mais uma característica de sua personalidade, que seria irrelevante para a fundamentação de seu método científico, ou melhor, seria desimportante para um texto não retórico. “Mas, tendo o coração bastante altivo para não querer que me tomassem por alguém que eu não era, pensei que cumpria esforçar-me, por todos os meios, para tornar-me digno da reputação que me atribuíam”. (Idem, p. 53)

Como já dissemos, a terceira parte do *Discurso do Método* é dedicada a expor a moral provisória, na qual Descartes prescreve a si mesmo alguns preceitos que seguirá durante a implantação de seu método. Percebe-se a preocupação dele com a aplicação prática do método e a sua viabilidade. Para isso ele recorre à analogia da casa, que é símbolo de segurança, (como já foi visto no capítulo anterior). Não se trata de descartar todo conhecimento da tradição e nada colocar no seu lugar. E na fase de transição, enquanto estiver reformando seus juízos, se propõe a agir na prática seguindo as quatro máximas: “Pois, começando desde então a não contar para nada com as minhas próprias opiniões, porque eu as queria submeter todas a



exame, estava certo de que o melhor a fazer era seguir as dos mais sensatos”. (Ibidem, p. 49). Nessa regra ele reitera a valorização do bom senso que está presente desde o primeiro parágrafo.

Na segunda máxima da moral provisória é lembrada a possibilidade da dúvida, mas esta não deveria servir de obstáculo para o progresso na “caminhada”. “ ser o mais firme e resolutivo possível em minhas ações, e em não seguir menos constantemente do que se fossem muito seguras as opiniões mais duvidosas, sempre que eu me tivesse decidido a tanto.” (Ibidem, p. 50)

A terceira máxima de transição está centralizada no “eu pensante”. “Procurar sempre antes vencer a mim próprio do que à fortuna, e de antes modificar os meus desejos do que a ordem do mundo; e, em geral, a de acostumar-me a crer que nada há que esteja inteiramente em nosso poder, exceto os nossos pensamentos.” (Ibidem, p. 51)

Uma das regras da oratória é que a vida do orador esteja em congruência com as afirmações ou valores que defende. Esse cuidado é perceptível no texto cartesiano, pois Descartes não apenas está apregoando a excelência do seu método, mas também mostra que ele mesmo o aplicou.

A última regra da moral provisória sinaliza para que o método tenha aplicação prática, inclusive menciona de que forma repercutiu no seu espírito esse trabalho, diferentemente das outras três regras, que se mantêm mais distantes:

Empregar toda a minha vida em cultivar minha razão, e adiantar-me, o mais que pudesse, no conhecimento da verdade, segundo o método que me prescrevera. Eu sentira tão extremo contentamento, desde quando começara a servir-me deste método, que não acreditava que, nesta vida, se pudessem receber outros mais doces, nem mais inocentes; e, descobrindo todos os dias, por seu meio, algumas verdades que me pareciam assaz importantes e comumente ignoradas pelos outros homens, a satisfação que isso me dava enchia de tal modo meu espírito, que tudo o mais não me tocava. (DESCARTES, 1973, p. 52)

Também na sexta parte do *Discurso do Método* reconhecemos o recurso à persuasão pelo *ethos*. Nesse capítulo que poderia ser considerado um apêndice ao resto da obra, Descartes discorre sobre assuntos presentes nas seções anteriores. Ele escreve sobre o fato de ter adiado a publicação do discurso em três anos, temendo ir de encontro aos dogmas eclesiais. A questão eclesial está muito presente na celeuma que ele narra entre a publicação e não publicação do discurso,

uma vez que se sabe que deixara de publicar um livro em 1634, um ano após a convocação de Galileu para depor no Tribunal inquisitorial. Segundo ele, houve gente que não quis a publicação. Esses são comparados a um cego que para brigar com alguém que não tivesse essa deficiência, o levasse a uma adega escura, pois assim as condições de lutar seriam iguais.

Posso dizer que esses têm interesse que eu me abstenha de publicar os princípios da Filosofia que me sirvo: pois, sendo muito simples e muito evidentes, como o são, faria quase o mesmo, publicando-os, que se abrisse algumas janelas e fizesse entrar luz nessa adega, para onde desceram para se bater. (Idem, p. 76)

É difícil não lembrar da Alegoria da Caverna de Platão, já citada no capítulo primeiro, com a qual existe uma intertextualidade. A metáfora da luz e escuridão já foi apresentada numa parte anterior no discurso: “Como um homem que caminha só e nas trevas”. (Ibidem, p. 44) Uma interpretação possível é a de que Descartes se coloca como a pessoa que se desamarrou das correntes e saiu da caverna, o que levou a poder contemplar o conhecimento verdadeiro e não apenas as obscuras sombras. Segundo a hipótese referida, a publicação do discurso seria como se as janelas fossem abertas e lampejos de luzes se refletissem e iluminassem a mesma. E expõe os motivos que o levaram a publicá-lo. E podemos prosseguir reconhecendo relações de intertextualidade. Os que se mostraram resistentes à publicação se iludem, na medida em que ignoram a realidade verdadeira na mesma proporção que dão às “sombras” *status* de verdade.

Um dos motivos foi por Descartes ter prometido a si mesmo que empregaria sua vida na busca de um método para fundamentar toda a ciência, e que o tendo encontrado, nada seria mais adequado que publicá-lo. E essa atitude é com vistas a beneficiar outras pessoas, não a si mesmo. “Quer para não perder nenhuma ocasião de beneficiar o público, se é que disso sou capaz, e para que, se meus escritos valem alguma coisa, os que os possuírem após a minha morte possam usá-los como for mais conveniente”. (Ibidem, p. 74)

Em síntese, ele apresenta duas razões, que foram determinantes para a publicação do *Discurso do Método* antes da sua morte. Na verdade, Descartes deixa transparecer que se debateu intensamente entre motivos para publicar e não publicar:

A primeira é que, se deixasse de fazê-lo [publicar], muitos, que souberam da intenção que eu alimentava anteriormente de mandar imprimir alguns

escritos, poderiam imaginar que as causas pelas quais me abstinera disso fossem mais desvantajosas para mim do que na realidade o são. (Ibidem, p. 77)

No entanto, já na segunda parte, ele demonstra dúvidas quanto à publicação: “E se eu pensasse haver neste escrito a menor coisa que pudesse tornar-me suspeito de tal loucura, ficaria muito pesaroso de ter aceito publicá-lo”. (Ibidem, p. 43-44) A loucura mencionada estaria ligada à situação de que Descartes estaria propondo mudanças inúteis e sem finalidade definida, o que não é o caso, segundo a concepção que ele mesmo alega. Ele está preocupado com o “olhar” dos outros que passariam a vê-lo como um fracassado. O segundo motivo, que está vinculado ao primeiro no que diz respeito à inevitável interação com o público, e que este poderia contribuir através do debate. Esse segundo motivo é retomado, pois já comunicava a possibilidade de interação com o público no início de sua obra.

#### 4.2. O *Lógos*

Como já foi afirmado, quando nos referimos à persuasão pelo *logos*, estamos considerando o encadeamento das razões oferecidas e o “peso” que cada uma delas têm. A persuasão pelo *logos* é racional e não faz uso das emoções. No *Discurso do Método* não encontramos aquela exposição com rigor matemático que está presente nas *Meditações Metafísicas*. Neste último texto as razões seguem-se uma das outras com necessidade lógica, e é essa necessidade o que permite ao discurso progredir. Pelo contrário, no primeiro texto o elo de progressão do texto não é estritamente racional, mas autobiográfico. A ordem dos tópicos apresentados não é uma ordem que responda às necessidades epistêmicas, mas é a ordem temporal dos assuntos dos quais Descartes se ocupou. Desde a perspectiva do rigor filosófico, a argumentação do *Discurso do Método* é mais frouxa que aquela das *Meditações Metafísicas*, o que não nos deveria surpreender levando em conta que a primeira obra se destina a um público de homens cultos, e a segunda aos especialistas que têm a capacidade de ler em latim e de acompanhar complexas distinções filosóficas.

Citamos o primeiro parágrafo que inicia o *Discurso do Método*, pois nele se encontram os pressupostos de todo o livro:

O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar tê-lo mais do que têm. E não é verossímil que todos se enganem a tal respeito; mas isso antes testemunha que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina o bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens; e, destarte, que a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, tanto quanto das maiores virtudes, e os que só andam muito lentamente podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho reto, do que aqueles que correm e dele se distanciam. (DESCARTES, 1973, p.37)

Apenas nesse primeiro parágrafo é possível identificar uma variedade muito grande de argumentos. O que está sendo apregoado, substancialmente, é que o bom senso, definido como a capacidade de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, é a coisa melhor distribuída no ser humano. Tudo o que vem depois tem o objetivo de justificar e corroborar essa assertiva. Um dos sinais de que essa afirmação é verdadeira, para Descartes, é o fato de que ninguém reclama falta de bom senso. Outra assertiva derivada dessa é que, sendo assim, todos têm a mesma capacidade de diferenciar o verdadeiro do falso, pois não seria possível que todos estivessem equivocados. Ele utiliza uma *prolepse*, a estratégia que consiste em se adiantar a possíveis objeções, quando afirma que da diversidade de opiniões não se pode inferir que uns são menos racionais que outros. Ele se preocupa em não deixar margem para a réplica, que poderia ser neste teor: Como há erros e opiniões diferentes sobre uma mesma situação, então alguns são menos racionais. Ele diz que isso provém do fato de que a marcha do espírito pode acontecer de formas diferentes, mas todos o têm “bom”, porém nem todos seguem o “reto caminho”. Para finalizar esse parágrafo, e para confirmar o que foi dito, e também para defender o que será dito, é apresentada uma analogia do conhecimento com o movimento, ao dizer que andar devagar não significa atraso. Ponto que será retomado mais adiante no texto. Usa, nesse primeiro parágrafo, o verbo no presente, e a partir do segundo, passa a usá-lo no passado.

No início da segunda parte do *Discurso do Método*, Descartes utiliza a argumentação pelo exemplo como esquema argumentativo. Na sua *Retórica* Aristóteles tinha reconhecido dois tipos de argumento como próprios da arte retórica:

o argumento pelo exemplo e o entimema. Argumentar pelo exemplo é arrolar diferentes exemplos para sustentar uma tese. É o que Descartes faz, nessa parte do seu texto, para justificar sua empresa de reformar desde seus alicerces todo o saber científico. Segundo o filósofo francês, em suas viagens foi possível constatar que as obras feitas de várias peças e compostas por vários mestres são menos perfeitas que as em que apenas um trabalhou. “Entre eles [os pensamentos], um dos primeiros foi que me lembrei de considerar que, amiúde, não há tanta perfeição nas obras compostas de várias peças, e feitas pela mão de diversos mestres, como naquelas em que um só trabalhou”. (DESCARTES, 1973, p. 42) Também, afirma Descartes, as cidades antigas são mal alinhadas enquanto as praças idealizadas por um engenheiro são mais ricas do ponto de vista artístico. Para corroborar essa hipótese ele usa mais um argumento: “Tomo é bem certo que o estado da verdadeira religião, cujas ordenanças só Deus fez, deve ser incomparavelmente melhor regulamentado que todos os outros”. (Idem, p. 42) Ele usa o exemplo de Esparta, que teve boas leis pelo fato delas terem sido elaboradas por uma só pessoa. Como percebemos, a argumentação pelo exemplo corresponde ao que os lógicos, no discurso científico, chamam de raciocínio indutivo. Perelman (1996, p. 409) denomina o uso de vários argumentos com a finalidade de chegar a uma só conclusão como *conglobação*. Aqui encontramos uma: tudo o que é dito, aparece para fundamentar a afirmação de que as obras compostas por uma só pessoa são mais perfeitas. No entanto, seguindo a interpretação de Perelman, os dois últimos exemplos podem ser vistos como ilustração. “Olhando-os de perto, mais parece que os dois últimos são ilustrações de uma regra já estabelecida por meio dos exemplos que os precedem.”

Esses argumentos elencados estão direcionados a um fim específico: confirmar que o método científico adotado até então, isto é, a Escolástica, tem lacunas, porquanto foi obra de muitos.

E assim pensei que as ciências dos livros, ao menos aquelas cujas razões são apenas prováveis e que não apresentam quaisquer demonstrações, pois se compuseram e avolumaram pouco a pouco com opiniões de mui diversas pessoas, não se acham, de modo algum, tão próximas da verdade quanto os simples raciocínio que um homem de bom senso pode efetuar naturalmente com respeito às coisas que se lhe apresentam. (DESCARTES, 1973, p. 42)

Apontamos que há uma analogia que consiste em “estabelecer uma correspondência entre duas zonas do real até então separadas”. (BRETON, p. 114) A analogia equipara a arquitetura com as ciências dos livros. Percebe-se também, no texto, a utilização de entimemas, como aparece na seguinte citação:

E, enfim, o nosso século parecia-me tão florescente e tão fértil em bons espíritos como qualquer dos precedentes. O que me levava a tomar a liberdade de julgar por mim todos os outros e de pensar que não existia doutrina no mundo que não fosse tal como dantes me haviam feito esperar. (DESCARTES, 1973, p. 38 – 39)

Está implícita a premissa de que o fato de o século de Descartes ter sido igual aos séculos precedentes na quantidade de bons espíritos, lhe dá direito de julgá-los. Um entimema, que como vimos é o outro argumento usado na Retórica, é um argumento dedutivo truncado, pela omissão de uma ou mais premissas. Por exemplo se o mestre disser ao discípulo “você é aluno desta escola, então deveria escrever melhor” está implícita a premissa de que todos os alunos da escola escrevem bem.

Nesta segunda parte do *Discurso do Método*, Descartes retoma o que foi posto como premissa na primeira parte: que o bom senso é a coisa melhor distribuída. Ele lembra que as crianças são submetidas à educação pelos adultos e que, portanto, seus juízos sofrem influência deles e estão contaminados, o que não aconteceria se os infantes pudessem usar livremente da razão desde o nascimento; faz a ressalva de que iniciar a reforma de um Estado não seria uma boa medida, mas num exercício de introspecção, cada um poderia colocar em xeque todas as opiniões e crenças que recebera para ajustá-las ao nível da razão.

Ao relatar seu estado de espírito, após o término do estudo das Letras afirma: “Pois me achava enleado em tantas dúvidas e erros, que me parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, senão o de ter descoberto cada vez mais a minha ignorância”. (DESCARTES, 1973, p. 38) Após expor características sobre as Matemáticas, Teologia e Filosofia ele adota a postura de “reputar quase como falso tudo quanto era apenas verossímil”. (Idem, p. 40)

Descartes utiliza-se, novamente, da figura denominada como *prolepse* ao argumentar que seu método quiçá deveria ser complementado por outra pessoa. Ele ressalva: “É verdade que, no que diz respeito às experiências que possam servir a

esse fim, um homem sozinho não poderia bastar para realizá-las todas.” (Ibidem, p. 66)

Descartes utilizou o argumento da divisão: ele separa as pessoas em polos dicotômicos. Os que se julgam mais capazes do que são e os que, se consideram menos capazes e seguem as opiniões dos primeiros. Mas ele, Descartes, está numa terceira categoria, pela sua peculiar experiência e capacidade de observação, assumindo a responsabilidade de conduzir-se a si mesmo.

E o mundo compõe-se quase tão-somente de duas espécies de espíritos, aos quais ele não convém de modo algum. A saber, daqueles que, crendo-se mais hábeis do que são, não podem impedir-se de precipitar seus juízos, nem ter suficiente paciência para conduzir por ordem todos os seus pensamentos.(...) depois, daqueles que, tendo bastante razão, ou modéstia, para julgar que são menos capazes de distinguir o verdadeiro do falso do que alguns outros, pelos quais podem ser instruídos, devem antes contentar-se em seguir as opiniões desses outros, do que procurar por si próprios outras melhores. (Ibidem, p. 44)

No percurso de sua argumentação o filósofo francês tem como estratégia, retomar constantemente suas afirmações, como já foi visto no capítulo anterior e retomado com a finalidade de reforçar essa dinâmica adotada pelo “pai da filosofia moderna”.

Ao introduzir as quatro regras do método, ele se propõe a fazer uma síntese superadora entre a lógica, a arte dos geômetras e a álgebra, uma vez que todas apresentam deficiências. É manifesta a insatisfação com as ciências estudadas, pois nenhuma é “sólida” sendo esse descontentamento uma justificativa para a proposta do seu método: “Eis por que, tão logo a idade me permitiu sair da sujeição de meus preceptores, deixei inteiramente o estudo das letras. E, resolvendo-me a não mais procurar outra ciência, além daquela que se poderia achar em mim próprio”. (Ibidem, p. 41). Sendo assim, ele se dedica a viagens e explica o porquê dessa preferência:

Pois afigurava-se-me poder encontrar muito mais verdade nos raciocínios que cada qual efetua no respeitante aos negócios que lhe importam, e cujo desfecho, se julgou mal, deve puni-lo logo em seguida, do que naqueles que um homem de letras faz em seu gabinete, sobre especulações que não lhe trazem outra consequência senão talvez a de lhe proporcionarem tanto mais vaidade quanto mais distanciadas do senso comum, por causa do outro tanto de espírito e artifício que precisou empregar no esforço de torná-las verossímeis. (Ibidem, p. 41)

Lembrando que Descartes afirmou, no início, que todos têm a mesma capacidade de julgar o que é verdadeiro e o que é falso, nada mais coerente, portanto. As viagens desencadearam a necessidade de estudar a si próprio.

Antes de relacionar as regras do seu método Descartes já deixa implícito para quem essas regras estão destinadas. Aos que: “crendo-se mais hábeis do que são, não podem impedir-se de precipitar seus juízos, nem ter suficiente paciência para conduzir por ordem todos os seus pensamentos”. (Ibidem, p. 44) Essa advertência nada mais é que a primeira e a terceira regra do método cartesiano. Encontramos também uma passagem anterior, no texto, em que Descartes já se refere à necessidade de ordenar os pensamentos. “Aqueles cujo raciocínio é mais vigoroso e que melhor digerem seus pensamentos, a fim de torná-los claros e inteligíveis, podem sempre persuadir melhor os outros daquilo que propõem”. (Ibidem, p. 39) “Digerem” tem, nesse caso, o sentido de ordenar.

O filósofo francês retoma o que foi dito antes sobre que um Estado é melhor dirigido quando tem poucas leis, desde que as poucas que existem sejam cumpridas.

Os quatro preceitos apregoados por Descartes são os seguintes:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal. O segundo, o de dividir as dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (Ibidem, p. 45-46).

Após a exposição dos quatro preceitos, Descartes afirma que todas as coisas que são cognoscíveis, seguem-se umas às outras, com a ressalva de que a ordem não pode ser perdida. E nesta procura que ele empreende, tem presente a terceira regra do método. “E não me foi muito penoso procurar por quais devia começar, pois já sabia que havia de ser pelas mais simples e pelas mais fáceis de conhecer”. (Ibidem, p. 47) Esse ato confere credibilidade, pois foge do campo abstrato e demonstra no próprio discurso a sua aplicação. Consoante a citação:

E como, efetivamente, ousou dizer que a exata observação desses poucos preceitos que eu escolherei me deu tal facilidade de deslindar todas as



questões às quais se estendem essas duas ciências [análise geométrica e álgebra] que, nos dois ou três meses que empreguei em examiná-las, tendo começado pelas mais simples e mais gerais, e constituindo cada verdade que eu achava uma regra que me servia em seguida para achar outras, não só consegui resolver muitas que julgava antes muito difíceis, como me pareceu também, perto do fim, que podia determinar, mesmo naquelas que ignorava, por quais meios e até onde seria possível resolvê-las. (Ibidem, p. 48)

Mais uma vez, Descartes demonstra a aplicação prática dos preceitos do seu método. “Não que, para tanto, ousasse empreender primeiramente o exame de todas as que se me apresentassem, pois isso mesmo seria contrário à ordem que ele [o método] prescreve”. (Ibidem, p. 49) Descartes se refere a ordem que ele segue nas *Meditações Metafísicas* que consiste em abordar as questões a partir do que já se sabe como certo, e não de uma forma aleatória. No final da segunda parte do *Discurso do Método* é ratificado o exposto acima:

Tendo desenraizado de meu espírito todas as más opiniões que nele acolhera até essa época como acumulando muitas experiências, para servirem em seguida de matéria a meus raciocínios, e exercitando-me sempre no método que me prescrevera, a fim de me firmar nele cada vez mais. (Ibidem, p. 49)

Descartes enuncia a descoberta decorrente do uso do método. “E, notando que esta verdade: *eu penso, logo existo*, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava”. (Ibidem, p. 54)

A seguir o filósofo francês retoma os predicados da vida em que se aplica o método.

E assim, sem viver, aparentemente, de forma diferente daqueles que, não tendo outro emprego senão passar uma vida doce e inocente, procuram separar os prazeres dos vícios, e que, para gozar de seus lazeres sem se aborrecer, usam todos os divertimentos que são honestos, não deixava de persistir em meu desígnio e de progredir no conhecimento da verdade, mais talvez do que se me limitasse a ler livros ou freqüentar homens de letras. (Ibidem, p. 53)

Na seqüência é reiterada a dúvida já sinalizada anteriormente: “Pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas seguia-se mui evidente e mui certamente que eu existia”. (Ibidem, p. 54)

Descartes busca provar a existência de Deus, utilizando como um dos recursos argumentativos a premissa das idéias claras e distintas.

Pois, em primeiro lugar, aquilo mesmo que há pouco tomei como regra, a saber, que as coisas que concebemos mui clara e mui distintamente são todas verdadeiras, não é certo senão porque Deus é ou existe, e é um ser perfeito, e porque tudo o que existe em nós nos vem dele. Donde se segue que as nossas idéias ou noções, sendo coisas reais, e provenientes de Deus em tudo em que são claras e distintas, só podem por isso ser verdadeiras. (Ibidem, p. 58)

Na quinta parte do *Discurso do Método* é feita uma retomada da tese da primazia da razão, mas usando outros argumentos. É usada a linguagem humana como exemplo. No início da obra, a razão é posta claramente como a grande diferença entre os seres humanos e os animais. Essa tese é mais uma vez retomada, quando ele usa a gradação, que consiste em progredir na argumentação, fazendo objeções às teorias apresentadas, para defender seu ponto de vista. O fato de ter uma linguagem, distingue os homens dos animais e de qualquer máquina que possa ter forma humana. Ainda que concedamos que os animais emitam sons em situações peculiares, e que as máquinas possam por alguma classe de mecanismo também fazê-lo, ainda assim seria possível diferenciar as pessoas dos animais e máquinas. Uma vez que as falas dos animais careceriam de plasticidade, sendo não mais que comportamentos estereotipados. Pelo contrário o ser humano tem a capacidade de dizer em cada situação o que é apropriado a essa situação. Sem dúvida, nas pessoas existe a possibilidade de respostas linguísticas a estímulos variáveis e não programados.

Pois, ao passo que a razão é um instrumento universal, que pode servir em todas as espécies de circunstâncias, tais órgãos necessitam de alguma disposição particular para cada ação particular; daí resulta que é moralmente impossível que numa máquina existam bastante diversas para fazê-la agir em todas as ocorrências da vida, tal como a nossa razão nos faz agir. (Ibidem, p. 68-69)

Como vimos, a linguagem guiada pela razão nos leva a diferenciar as máquinas e os animais dos humanos. Poder-se-ia utilizar outro exemplo para endossar o que Descartes afirma: No caso de um dispositivo eletrônico que atende a uma ligação em que uma voz humana está gravada, no entanto quem está ligando tem dúvida se está falando com uma pessoa ou uma máquina. Para verificar e dirimir a dúvida, poderia fazer uma pergunta sobre um assunto periférico ao tema

tratado, como por exemplo, o endereço da filial de outro estado da federação. Assim podemos dizer que o pior dos humanos ainda é superior ao melhor dos animais.

Pois é uma coisa bem notável que não haja homens tão embrutecidos e tão estúpidos, sem excetuar mesmo os insanos, que não sejam capazes de arranjar em conjunto diversas palavras, e de compô-las num discurso pelo qual façam entender seus pensamentos; e que, ao contrário, não exista outro animal, por mais perfeito e felizmente engendrado que possa ser, que faça o mesmo. (Ibidem, p. 69)

Na sexta parte do *Discurso do Método*, Descartes se defende dizendo que não está argumentando com falácias. “E não se deve imaginar que cometo com isso a falta que os lógicos chamam um círculo; pois como a experiência torna a maioria desses efeitos muito certos, as causas das quais os deduzo não servem tanto para prová-los como servem para explicá-los; mas bem ao contrário, são elas que são provadas por eles”. (Ibidem, p. 78)

#### 4.3. O *Pathos*

Ao expressar seu estado de espírito o orador/escritor tem o objetivo de fazer com que o auditório compartilhe desse mesmo estado. Descartes faz isso, sabendo que está “mexendo” com a emoção de seu público: “Mas não temerei dizer que penso ter tido muita felicidade de me haver encontrado, desde a juventude em certos caminhos”. (Ibidem, p. 37) E ele volta a revelar-se psicologicamente: “Não deixo de obter extrema satisfação do progresso que já penso ter feito na busca da verdade.” (Ibidem, p. 38)

Também apela à emoção de seu público leitor ao afirmar na segunda máxima de sua moral provisória: “Libertar-me de todos os arrependimentos e remorsos que costumam agitar as consciências desses espíritos fracos e vacilantes que se deixam levar inconstantemente a praticar, como boas, as coisas que depois julgam más”. (Ibidem, p. 50)

Vimos na seção anterior a sobreposição do *ethos* e do *logos* e aqui também é perceptível a do *pathos* com a do *logos*. Essas dimensões da persuasão, quando conciliadas e reunidas, tornam-se mais fortes. “E só isso me parecia suficiente para impedir-me, no futuro, de desejar algo que eu não pudesse adquirir, e, assim, para

me tornar contente”. (Ibidem, p. 50) Descartes faz uma alusão ao estoicismo, doutrina que consistia em viver pautado na conformidade com os fatos da vida para alcançar a ataraxia, isto é, a tranquilidade da alma.

Descartes almeja emocionar o auditório ao dizer: “Eu sentira tão extremo foi meu contentamento, desde quando começara a servir-me deste método, que acreditava que, nesta vida, se pudessem receber outros mais doces, nem mais inocentes”. (Ibidem, p. 51). Colocar o uso do método como uma das ocupações mais agradáveis revela uma intenção clara: a de incentivar que mais pessoas dispendessem de seu tempo para fazerem o mesmo. Pois a doçura estaria presente no método. Existe a preocupação de Descartes que sua obra não seja esquecida e desvalorizada, pois como ele mesmo afirmou, dedicou-se muito tempo na sua feitura e espera a valorização merecida.

Aqui o filósofo francês retoma o raciocínio com as mesmas palavras: “E assim, sem viver, aparentemente, de forma diferente daqueles que, não tendo outro emprego senão passar uma vida doce e inocente”, (Ibidem, p. 53) isto é, servindo-se do método.

A peroração, ou seja, o fechamento do discurso cartesiano segue a tradição retórica, e nela é utilizada a dimensão do *pathos*, fazendo sobressair a comoção. No entanto, os limites novamente não são precisos entre o *pathos* e o *ethos*.

Mas direi unicamente que resolvi não empregar o tempo de vida que me resta em outra coisa exceto procurar adquirir algum conhecimento da natureza, que seja de tal ordem que dele se possam tirar regras para a Medicina, mais seguras do que as adotadas até agora; e que minha inclinação me afasta tanto de qualquer espécie de outros desígnios, principalmente dos que não poderiam ser úteis a uns sem prejudicar a outros, que, se algumas circunstâncias me compelissem a dedicar-me a eles, não creio que fosse capaz de lograr êxito. Pelo que, faço aqui uma declaração que, sei muito bem, não poderá servir para me tornar notável no mundo, mas tampouco tenho qualquer desejo de sê-lo; e ficarei sempre mais obrigado àqueles graças aos quais desfrutarei sem impedimento do meu lazer, do que o seria aos que me oferecessem os mais honrosos empregos da terra. (Ibidem, p. 79)

Como vimos na seção sobre o *ethos*, Descartes está retomando o que disse na primeira parte. “Espero que ele [o método] será útil a alguns, sem ser nocivo a ninguém”. (Ibidem, p. 38)

Como foi afirmado anteriormente, e demonstrado através de exemplos, o filósofo francês não argumenta de forma linear, é muito circular na sua progressão argumentativa. Pode-se usar a imagem de repetidos círculos concêntricos em que

um vai além do outro, mas sempre ligados e interseccionados. Daremos mais um exemplo dessa retomada de idéias: “Parece-me que eu tenha meio de aumentar gradualmente meu conhecimento, e de alçá-lo, pouco a pouco, ao mais alto ponto, a que a mediocridade de meu espírito e a curta duração de minha vida lhe permitam atingir”. (Ibidem, p. 37) Esses mesmos termos e ideia são retomados no final da obra. “Todavia, a maneira de filosofar é muito cômoda para aqueles que possuem tão-somente espíritos muito medíocres”. (Ibidem, p. 76) A expressão “tão-somente” é um modalizador que faz com que a coerência com excerto anterior não seja sacrificada. Essa estratégia pode ser interpretada com a intenção de preparar o espírito do leitor para as idéias expostas. Existe uma grande diferença entre entrar em contato com uma teoria completa e de uma só vez e ir se familiarizando aos poucos com a mesma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais aborda-se alguns pontos que são recorrentes no trabalho que ora se conclui. O primeiro ponto é a ligação entre a retórica, a linguagem e a vida humana. Como foi afirmado, não há limites precisos entre essas três realidades, pois elas se complementam e uma é intrínseca a outra. O significado da linguagem está ligada ao contexto em que as frases são ditas. Quando o professor diz para seu aluno que o trabalho não está bom, pode ser entendido, de acordo com o contexto, como uma ameaça de reprovação. Da mesma forma, um texto argumentativo deverá ser analisado a partir do seu contexto, incluindo neste o gênero textual usado pelo autor, as crenças e os valores compartilhados pelo autor e seus leitores, o saber da época e o público ao qual o texto se dirige. Não se argumenta apenas com os outros, pois inclusive existe a deliberação consigo mesmo, o que revela que nem sempre se percebe o quanto a argumentação está presente na vida humana. O que sustenta essa realidade é a importância da linguagem e da comunicação para os seres humanos. A linguagem constrói um universo referencial, e é um componente determinante na identidade humana.

Outro ponto é que podemos fazer uma dissociação entre o que é dito e a forma como é dito, mas apenas teoricamente, pois sabemos que a forma modifica o conteúdo. A finalidade do trabalho foi fazer um estudo sobre a forma argumentativa, sobre o estilo filosófico que o *Discurso do Método* apresenta. No entanto, pode-se dizer que analisando a forma, inescapavelmente “caiu-se” no conteúdo, e isso não é um defeito de nossa análise, antes pelo contrário, confirma a indissociabilidade de ambos, forma e conteúdo textual. Entretanto, sendo assim, houve o zelo de não julgar sobre a solidez dos argumentos cartesianos, pois isso exigiria um estudo com uma perspectiva diferente. Possivelmente existem proposições contestáveis no texto cartesiano, porém não se pode esquecer que um dos atributos definidores da arte

argumentativa é a possibilidade de contradizer o que foi concluído, pois não se argumenta sobre o que é evidente.

Descartes foi convincente e persuasivo no *Discurso do Método*. Desde essa perspectiva seu texto é irrepreensível. No seu estudo “*Leibniz: critique de Descartes*”, Yvon Belaval (1960) afirma que Descartes foi conhecido no século XVII não pelas *Meditações Metafísicas* mas pelo *Discurso do Método*. O próprio Descartes estudou Retórica, e é razoável afirmar que, o *Discurso do Método* não seria tão persuasivo se ele não tivesse estudado essa disciplina. A Retórica exerceu influência na sua vida, da mesma forma que a Geometria e a Medicina. Descartes usou da Retórica para denegrir a Retórica e a argumentação dialética próprias do modo de filosofar escolástico. Sob novos alicerces, diferentes dos que fundamentavam a Escolástica, ele foi edificando um novo modo de fazer Ciência e Filosofia, sendo assim um dos pensadores que construíram o modo de pensar próprio da Modernidade.

O que permanece ao longo do tempo é a eficácia da arte retórica em “conquistar” as pessoas. Vimos que a Retórica foi uma das matérias mais estudadas na Antiguidade e na Idade Média. Quanto essa disciplina receberá de crédito, por ter ajudado a formar grandes obras filosóficas e literárias? A modernidade, no seu culto exacerbado à evidência, defenestrou a Retórica dos bancos escolares. A mesma ficou num estado debilitado, após as críticas, paradoxalmente retoricamente articuladas de Descartes, para ressurgir na nossa época, após o fracasso do positivismo lógico. Se aceitarmos a indissociabilidade entre a Retórica e a Linguagem, forçosamente concluiremos que as críticas dirigidas a essa disciplina não são justas: e eliminar a Retórica significa empobrecer a linguagem e a humanidade.

Em que medida Descartes foi contraditório ao apregoar a chegada do conhecimento demonstrativo pela via da retórica e da argumentação dialética? Na mesma medida em que o foi Wittgenstein ao fazer no *Tractatus* Filosofia para eliminar a Filosofia. Descartes traça um caminho para o conhecimento demonstrativo e seguro, no entanto, o caminho traçado não pode ser indicado por meio de demonstrações, mas através de exemplos e analogias, que são a matéria da argumentação retórica e dialética. É semelhante à analogia feita por

Wittgenstein, de que sua obra serve como uma escada para alcançar uma plataforma, após estar lá, pode-se jogar a escada fora, pois não se precisará mais dela.

Poderá soar estranho e insólito que afirmar seja negar, mas basta lembrar de uma figura em que dizer é desdizer com mais força, a ironia: ela não é lógica, mas se a vida fosse lógica, não haveria argumentação. Descartes não deve ser criticado por usar a argumentação retórica, mas por criticá-la.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Historia da Filosofia*. Tradução de Antônio Ramos Rosa. 4. ed. Vol. VI. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução, tradução e notas de Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tratados de lógica: Tópicos*. Tradução de Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Editorial Gredos, 1982. V.1

\_\_\_\_\_. *Ética a Nicômacos*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tratados de lógica: Analíticos primeiros*. Tradução de Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Editorial Gredos, 1988. V. 2.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução e apresentação. Danilo Marcondes Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BACON, Francis. *O progresso do conhecimento*. Tradução, apresentação e notas Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BARTHES, Roland. *La aventura semiológica*. Tradução de Ramón Alcalde. 2. ed. Barcelona: Editorial Paidós, 1993.

BELAVAL, Yon. *Leibniz: Critique de Descartes*. Paris: Gallimard, 1960.

BÍBLIA. João. *Bíblia do Peregrino*. Tradução de Ivo Storniolo e José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2002.

BOU, Pedro Voltes. Vida de Demóstenes. In: DEMÓSTENES. *Antologia de Discursos*. Traducción y notas de Pedro Voltes Bou. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2003.

CÍCERO, Marco Túlio. *Sobre o destino*. Tradução e notas de José R. Seabra Filho. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

COSSUTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. Tradução de Angela N. Begnami, Milton Arruda et al. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COTTINGHAM, John. *A filosofia de Descartes*. Tradução de Maria do Rosário S. Guedes. Lisboa: Edições 70, 1989.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. Prefácio e notas de Gérard Lebrun. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

GAUKROGER, Stephen. *Descartes: uma biografia intelectual*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GUTHRIE, W. K. C. *Os sofistas*. Tradução de João R. Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

\_\_\_\_. *Historia de la filosofía griega: Platón, El hombre y sus diálogos: primera época*. Tradução de Álvaro V. Campos; Alberto M. González. Madrid: Editorial Gredos, 1990. V. 4.

HERMIDA, Juan M. G. Introducción general. In: ISÓCRATES. *Discursos*. Introdução, Tradução e Notas de Juan M. G. Hermida. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

KOCH, Ingedore G. L. *Argumentação e linguagem*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOYRÉ, Alexandre. *Considerações sobre Descartes*. Tradução de Hélder Godinho. 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

KREIMENDAHL, Lothar (Org.). *Filósofos do século XVII: uma introdução*. Tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 1993.

MANELI, Mieczyslaw. *A nova retórica de Perelman*. Tradução de Mauro Raposo de Mello. Barueri: Manolo, 2004.

MARAFIOTI, Roberto. *Los patrones de la argumentación: la argumentación em los clásicos y em el siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros Textuais e Ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_. *Perelman: le renouveau de la rhétorique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004a.

\_\_\_\_. *La rhétorique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2004.

MOLINA, Jorge Alberto. Aspectos da argumentação cartesiana: lógica, retórica e conhecimento. In: PERKOSKI, N.; OLMÍ, A. *Leitura e cognição: uma abordagem transdisciplinar*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

\_\_\_\_. Leitura e compreensão de textos filosóficos. In: *Revista Signo*: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. V. 31

\_\_\_\_. Lógica e argumentação filosófica. In: *Revista Barbarói*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. V. 26

\_\_\_\_. Descartes: Álgebra como lógica. In: *Revista Episteme*. Porto Alegre: Instituto Latino Americano de Estudos Avançados, 2004. n. 19 p. 21-44.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaim. *O império retórico: retórica e argumentação*. Tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Lisboa: Edições ASA, 1993.

\_\_\_\_. *Retóricas*. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERLER, Dominik. René Descartes: o projeto de uma refundamentação radical do saber. In: KREIMENDHAL, Lothar (Org.). *Filósofos do século XVII: uma introdução*. Tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

PESSANHA, José A. Motta. Vida e Obra. In: ARISTÓTELES. *Topicos; Dos Argumentos Sofísticos*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PLATÃO. *Górgias; O banquete; Fedro*. Tradução de Manuel O. Pulquério e all. Lisboa/ São Paulo: Editorial Verbo, 1973.

\_\_\_\_. *Defesa de Sócrates*. Tradução de Jaime Bruna. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_. *A República*. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PLEBE, A.; EMANUELE, P. *Manual de retórica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RACIONERO, Quintín. Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução, tradução e notas de Quintín Racionero. Madrid: Gredos, 1994.

REALE, Giovanni. História da filosofia antiga. Tradução de Marcelo Perine; H. C. Lima Vaz. V. 2. São Paulo: Loyola, 1994.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone C. Benedetti. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RHODEN, Luiz. *O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

- RODIS – LEWIS, Geneviève. *Descartes: uma biografia*. Tradução de Joana Angélica D’avila Melo. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- RORTY, Amélie Oksenberg. *Essays on Descartes’ meditations*. Los Angeles: University of California, 1986.
- RUSSEL. Bertrand. *História do pensamento ocidental*. Tradução de Laura Alves e Aurélio Rebello. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- SANTO AGOSTINHO. *A doutrina cristã*. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Tradução de Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- SEARLE, John. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala*. Tradução de Ana C. G. A. Camargo e Ana L. M. Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: A história dos primeiros vinte séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Tradução de Enid Abreu Dobrázky. Campinas – SP: Papyrus, 1996.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico: investigações filosóficas*. Tradução de M. S. Lourenço. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.